empresa BRASIL

ANO 9 | Nº 79 | FEVEREIRO DE 2012

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

# AS DORES DA MICROEMPRESA

**Carga tributária e legislação trabalhista incompatíveis fazem mal aos negócios**

**NÚCLEO DE EMPRESAS DO RIO FAZ INSPEÇÕES VEICULARES ITINERANTES**

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

**DIRETORIA DA CACB**
BIÊNIO 2011/2013

**PRESIDENTE**
José Paulo Dornelles Cairoli - RS

**Iº VICE-PRESIDENTE**
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa - AL

**VICE-PRESIDENTES**
Djalma Farias Cintra Junior - PE
Jésus Mendes Costa - RJ
José Sobrinho Barros - DF
Luiz Carlos Furtado Neves - SC
Rainer Zielasko - PR
Reginaldo Ferreira - PA
Rogério Pinto Coelho Amato - SP
Sérgio Roberto de Medeiros Freire - RN
Wander Luis Silva - MG

**VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS**
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa - AL

**VICE-PRESIDENTE ESTRATÉGIGO**
Edson José Ramon - PR

**DIRETOR-SECRETÁRIO**
Jarbas Luis Meurer - TO

**DIRETOR-FINANCEIRO**
George Teixeira Pinheiro - AC

**CONSELHO FISCAL TITULARES**
Jonas Alves de Souza - MS
Marcito Aparecido Pinto - RO
Pedro José Ferreira - TO

**CONSELHO FISCAL SUPLENTES**
Alexandre Santana Porto - SE
Leocir Paulo Montagna - MS
Valdemar Pinheiro - AM

**CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA**
Avani Slomp Rodrigues

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO**
Marduk Duarte

**COORDENADORA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**
Luzinete Marques

**COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
fróes, berlato associadas

**EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
Neusa Galli Fróes
Laila Muniz

**COORDENADOR DO EMPREENDER**
Carlos Alberto Rezende

**COORDENADOR NACIONAL DA CBMAE**
Valério Figueiredo

**COORDENADOR DO PROGERECS**
Luiz Antonio Bortolin

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
61 3224-0034
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

# Federações CACB

**Acre –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: George Teixeira Pinheiro
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

**Alagoas –** Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: José Geminiano Acioli Jurema
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

**Amapá –** Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: José Arimáteia Araújo Silva
Rua General Rondon, 1385 Bairro: Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-182

**Amazonas –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Rua Guilherme Moreira, 281
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.005-300

**Bahia –** Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9° andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

**Ceará –** Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

**Distrito Federal –** Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: José Sobrinho Barros
SAI Quadra 5C, Lote 32, sala 101
Cidade: Brasília CEP: 71200-055

**Espírito Santo –** Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Arthur Avellar
Rua Henrique Rosetti, 140 - Bairro Bento Ferreira
Vitória ES - CEP 29.050-700

**Goiás –** Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Marcos Alberto Luiz de Campos
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

**Maranhão –** Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Júlio César Teixeira Noronha
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco- São Luís- Maranhão
CEP: 65.076-360

**Mato Grosso –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2° Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

**Mato Grosso do Sul –** Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Antônio Freire
Rua Quinze de Novembro, 390
Bairro: Centro Cidade: Campo Grande CEP: 79.002-917

**Minas Gerais –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Wander Luís Silva
Avenida Afonso Pena, 726, 15° andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-002

**Pará –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Reginaldo Ferreira
Avenida Presidente Vargas, 158 - 5° andar
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

**Paraíba –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3° andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

**Paraná –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Rainer Zielasko
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

**Pernambuco –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Djalma Farias Cintra Junior
Rua do Bom Jesus, 215 – 1° andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

**Piauí –** Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2° andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

**Rio de Janeiro –** Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua do Ouvidor, 63, 6° andar - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.040-030

**Rio Grande do Norte –** Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Sérgio Roberto de Medeiros Freire
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

**Rio Grande do Sul –** Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: José Paulo Dornelles Cairoli
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6° andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

**Rondônia –** Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Marcito Pinto
Rua Dom Pedro II, 637 – Bairro: Caiari
Cidade: Porto Velho CEP: 76.801-151

**Roraima –** Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1° andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

**Santa Catarina –** Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Alaor Francisco Tissot
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

**São Paulo –** Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Rogério Pinto Coelho Amato
Rua Boa Vista, 63, 3° andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

**Sergipe –** Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASE
Presidente: Alexandre Santana Porto
Rua Jose do Prado Franco, 557 Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

**Tocantins –** Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

# **A selva** que assusta

Perdidas no cipoal de normas da legislação trabalhista brasileira estão todas as manifestações formais da economia. Do grande ao pequeno, do médio ao intermediário todos sofrem com as regras que só pioram e fazem com que o Brasil ande para trás, em contraste com o avanço de sua economia. São 2.400 regras que compõem o emaranhado da legislação trabalhista que inferniza a vida das empresas e responde pelo fato de o Brasil ocupar a 121ª posição, entre 142 países avaliados pelo Fórum Econômico Mundial, no que tange à flexibilidade para contratar e demitir.

Somam-se a esse cenário os encargos que dobram o custo da folha de salários e chegamos ao veneno que impede a competitividade das empresas. Como a legislação só piora, a CACB tem pensado, seriamente, em liderar uma campanha pela desburocratização da legislação trabalhista, que é velha, pesada e feita numa época em que o Brasil ainda engatinhava nessa área e precisava proteger seus trabalhadores.

Esse tempo já passou. Mas a aflição que as normas trabalhistas trazem a quem produz é atual. Nossa CLT, criada em 1943, ajuda a engrossar o emaranhado desta selva de normas. Às 2.400 regras como leis e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que compõem o esqueleto que nos regula nas relações trabalhistas, agregam-se os 922 artigos da CLT. Na área de segurança e saúde do trabalhador, por exemplo, são mais 33 normas, subdivididas em outros 2.300 itens que orientam desde o controle de incêndio ao tipo de piso a ser usado em uma empresa. No item da regulamentação profissional, são 63 profissões reguladas, com seu conjunto particular de artigos. Tudo isso resulta numa montanha de litígios e onera a Justiça. A Justiça do Trabalho custa R$ 10 bilhões por ano.

Nocauteados estão os micro e pequenos empresários, que além das relações trabalhistas enfrentam outros obstáculos, como a falta de ideias inovadoras (sabemos que a grande maioria dos empreendedores brasileiros abre seu negócio porque precisa sobreviver), a burocracia, o acesso ao crédito, as altas taxas de juros, a baixa produtividade...

Como seguir em frente nesta selva que assusta?

O que sobra, no final do mês, para o empreendedor seguir seu negócio, investir, pagar suas contas, pensar em seu lazer e apurar seu lucro? É a esse assunto que Empresa Brasil dedica seu principal espaço, ouvindo experiências e trazendo o tema para reflexão de todos. Afinal, o que podemos fazer para mudar esse quadro?

**José Paulo Dornelles Cairoli, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil e da Federasul**

# ÍNDICE

**3** PALAVRA DO PRESIDENTE

São 2.400 regras que compõem o emaranhado da legislação trabalhista que infernizа a vida das empresas e responde pelo fato de o Brasil ocupar a 121ª posição, entre 142 países avaliados pelo Fórum Econômico Mundial no que tange à flexibilidade para contratar e demitir.

**5** PELO BRASIL

Treinamento em Toledo diversifica com novos temas.

**8** CAPA

Tributos e legislação trabalhista incompatíveis limitam a microempresa.

**12** NEGÓCIOS

Centenas de startups, de origem nacional, estão surfando naquela que é chamada a nova onda da Internet.

**14** CASE DE SUCESSO

Inovação, capacitação e marketing fazem parte da rotina das 120 empresas do Núcleo Estadual Automotivo do Rio de Janeiro.

**17** FINANÇAS

A população brasileira está usando cada vez mais os meios eletrônicos para fazer seus pagamentos, dada a preferência por cartões de débito e de crédito.

**20** EDUCAÇÃO

Os desafios da educação digital no Brasil.

**24** DESTAQUE CACB

Seminário discutirá cooperação internacional. Evento promovido pela CACB e ABC será realizado no dia 22 de março, em Brasília. Será a primeira vez que a interação entre as ações públicas e privadas estará em debate.

**26** CBMAE

CBMAE homenageia experiências bem-sucedidas de Câmaras de Mediação e Arbitragem e Postos de Conciliação com resultados práticos nas soluções de conflitos.

**28** TENDÊNCIAS

Brasil recebe mais mão de obra estrangeira com qualificação profissional.

**30** BIBLIOCANTO

Eike Batista conta em livro como se tornou o homem mais rico do Brasil.

**31** ARTIGO

José Maria Chapina Alcazar analisa o Supersimples.

Empreender **SUPLEMENTO ESPECIAL**

São Paulo terá uma empresa para cada 17 habitantes em 2020

EXPEDIENTE

**Coordenação Editorial:** Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
**Edição:** Milton Wells - mwells@terra.com.br
**Projeto gráfico:** Vinícius Kraskin
**Diagramação:** Kraskin Comunicação
**Revisão:** Flávio Dotti Cesa
**Colaboradores:** Angela Caporal e Laila Muniz
**Execução:** Editora Matita Perê Ltda.
**Comercialização:** Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br
**Impressão:** Arte Impressa Editora Gráfica Ltda. EPP

# Treinamento em Toledo diversifica com novos temas

Mercado de trabalho, ética e postura profissional foram os temas centrais que abriram a agenda de treinamentos de 2012 da Associação Comercial e Empresarial de Toledo (Acit). A primeira edição do Acit Qualifica foi realizada em janeiro, no auditório da entidade, com a presença de cerca de cem empresários e colaboradores.

Em 2011 foram realizadas seis edições da Acit Qualifica, com a participação de 360 pessoas. O treinamento é oferecido gratuitamente às empresas associadas. O formato da capacitação – desenvolvido pela própria Associação Comercial – é aplicado por colaboradores da entidade. Entre outros temas abordados no treinamento estão ética, etiqueta profissional e qualidade de vida.

## Fernandópolis presta consultoria a empresários

Uma parceria firmada entre a Associação Comercial e Industrial de Fernandópolis (Acif), localizada no interior de São Paulo, e 12 empresas locais de consultoria permitirá a melhoria da gestão financeira e administrativa de seus associados. A iniciativa pretende também aprimorar o atendimento ao cliente e favorecer investimentos em inovações tecnológicas de empreendimentos da região.

De acordo com a Acif, o serviço foi criado para suprir uma das maiores dificuldades de sobrevivência das empresas: a gestão. Os consultores ficarão à disposição dos associados para cursos ou atendimentos personalizados. Contato: (17) 3465-3555 ou pelo e-mail: geraldopedro@acifnet.com.br.

# Empresas de Americana se qualificam para receber certificado ISO

Um projeto da Associação Comercial e Industrial de Americana (Acia) vai qualificar empresas para a obtenção do certificado ISO 9001:2008. Nessa primeira fase do projeto ISO Fácil participam seis empreendimentos da região que atuam em áreas como publicidade, contabilidade e imóveis. A ação da entidade, realizada em parceria com a Destra Consultoria, inclui consultoria e tem a duração de dez meses.

A própria Associação Comercial de Americana já conquistou, no final do ano passado, o certificado ISO 9001:2008. Conforme o presidente da entidade, Germano Pavan Neto, a obtenção do certificado é o início da reestruturação da Acia, que seguirá até o final de sua gestão, em junho de 2013. Até lá, o dirigente afirma que irá implantar também a ouvidoria, auditoria, controladoria e governança corporativa no sistema da associação.

Contato: (19) 3471- 3880

# Novo Hamburgo terá MBA em Gestão Empresarial

Começa no dia 12 de março a segunda edição do MBA em Gestão empresarial promovido pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha. O curso, desenvolvido em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), é voltado exclusivamente para associados da entidade. Com a finalidade de aprimorar as habilidades gerenciais dos empresários da região, o MBA é dirigido a profissionais com curso superior, preferencialmente em Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Economia, Comunicação Social e Engenharias. Contato: site da entidade: http://www.acinh.com.br

# Acit facilita registro de certificação digital

A validação do certificado digital passou a ser feita na própria entidade, proporcionando mais facilidade e agilidade aos associados e demais empresários que necessitam do serviço. Anteriormente, o serviço foi prestado em convênio com o Sescap-PR.

O certificado digital é um documento eletrônico com assinatura digital que provê a troca de mensagens e documentos entre cidadãos, governo e empresas. É uma exigência da Secretaria da Fazenda e Ministério da Fazenda.

O instrumento atesta a identidade das pessoas físicas ou jurídicas, garantindo as transações comerciais e financeiras, bem como a troca de informações com sigilo e segurança.

*Fonte: Acit*



# Juros podem ficar abaixo de 10% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central informou por meio da ata de sua última reunião, quando a taxa básica de juros da economia brasileira recuou de 11% para 10,5% ao ano, no quarto corte consecutivo, que vê "elevada probabilidade da concretização de um cenário que contempla a taxa Selic se deslocando para patamares de um dígito", ou seja, abaixo de 10% ao ano.

Segundo o Copom, ocorreram "mudanças estruturais significativas" na economia brasileira, que determinaram recuo nas taxas de juros em geral, e, em particular, na chamada "taxa neutra". (G1)

# IGP-M tem deflação na 1ª prévia de fevereiro

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conhecido como a inflação do aluguel, teve variação negativa de -0,10% na primeira prévia de fevereiro, contra queda de -0,01% no mesmo período do mês anterior. Os números foram divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Em 12 meses, indicador acumula alta de 3,39%.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), conhecido como a inflação do atacado e usado no cálculo do IGP-M, teve deflação de -0,36% na primeira prévia de fevereiro, contra taxa de -0,23% no mesmo período de janeiro. (G1)

# Leilão de aeroportos arrecadou metade do valor das teles

O leilão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília arrecadou quase metade do montante obtido pelo governo nos leilões que privatizaram as empresas de telecomunicação, em 1998. No leilão ocorrido na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que concedeu ao setor privado a administração de três dos principais aeroportos do país, o governo arrecadou um total de R$ 24,53 bilhões, com ágio que surpreendeu o mercado: 347%, considerando o valor mínimo R$ 5,477 bilhões que o governo pedia pelos três aeroportos.

O volume de dinheiro arrecadado na privatização dos aeroportos representa quase metade do que foi arrecadado no leilão do Sistema Telebrás, em 1998, a maior operação de privatização já realizada no país. Na ocasião, o governo obteve um montante de R$ 51.095.607.200 – segundo dados do BNDES em valor presente, atualizado pela inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). (G1)

**Para o aeroporto de Guarulhos estão previstos investimentos de R$ 1,38 bilhão até a Copa 2014**

**Programa de Coleta Seletiva em Itapecerica da Serra tem apoio do Instituto Natura**

# Revista canadense coloca Natura entre as mais sustentáveis do mundo

A revista canadense Corporate Knights divulgou o resultado da edição 2012 do seu ranking Global 100, que elenca as empresas que mais se destacaram na prática do que ela chama de "capitalismo limpo". Na lista, aparecem três companhias brasileiras, com a Natura ocupando a segunda posição. Bradesco e Petrobras aparecem, respectivamente, nas 61ª e 81ª posições.

O ranking – que toma como base o ano fiscal de 2010 – leva em conta fatores como emissão de carbono, consumo de energia, produção de lixo, diversidade nos cargos de liderança, a avaliação do CEO pelos trabalhadores, segurança do trabalho, o índice de rotatividade dos funcionários e a capacidade de inovação da companhia.

À frente da Natura ficou apenas a Novo Nordisk A/S, companhia dinamarquesa do setor farmacêutico. A terceira posição ficou com a Statoil S.A., da Noruega. Das dez primeiras colocadas, apenas a companhia de produtos de beleza brasileira não é europeia. (www.corporateknigh)

# Tributos e legislação trabalhista incompatíveis **limitam a microempresa**

*Apesar de seu grande potencial de geração de emprego e renda, as pequenas e microempresas são prejudicadas pela falta de tratamento diferenciado em relação às grandes*

No dia 6 deste mês, durante o programa de rádio Café com a Presidente, Dilma Rousseff comemorou a geração de quase 2 milhões de empregos formais em 2011 e a taxa de desemprego de 4,7% registrada em dezembro – em todo o ano, a média foi de 6%, a menor da História, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em vista da queda do nível de atividades nos Estados Unidos e nos países da Europa, a celebração da presidente é mais do que merecida. Mas o melhor ainda está por vir. Graças à dinâmica de expansão do mercado interno, a taxa de desemprego, segundo o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sérgio Mendonça, deve continuar a cair ao longo de 2012, mas

**Dilma tem consciência sobre a importância do setor na economia**

numa velocidade menor que a dos últimos anos. Isso significa que o Brasil, embora ainda distante do pleno emprego – o que implicaria uma taxa inferior a 4% –, vive um quadro incomparável, no mundo, em termos de oferta de postos de trabalho.

De fato, a cada dia o leitor de jornal ou o ouvinte de rádio é informado sobre centenas de concursos públicos e de ofertas de emprego para todas as faixas etárias. Poucos sabem, no entanto, que grande parte das ofertas do setor privado vem das microempresas, que representam hoje quase a metade dos empregos formais gerados no país.

Na verdade, o setor das microempresas constitui a principal forma de atividade produtiva para a maioria das cidades brasileiras, além de ser, segundo o IBGE, "um dos fatores de luta contra a pobreza, o desemprego e a exclusão social".

Diariamente são registradas centenas de microempresas das mais variadas atividades nas juntas comerciais de todos os estados da Federação. Além de englobar a chamada economia popular urbana, o setor reúne uma série de empreendedores de várias áreas, de aposentados em busca de uma renda extra e daqueles que, por falta de opção, resolvem montar um negócio e arriscar. Entretanto, apesar de seu grande potencial de geração de emprego e renda, as micro apresentam várias limitações ao seu crescimento.

Em entrevista à revista Veja, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, fez críticas ao atual arcabouço legal do setor. Afirmou que os impostos oneram em demasia, o que pesa enormemente sobre as pequenas e microempresas: "Não me parece razoável que as grandes e as pequenas empresas tenham obrigações trabalhistas idênticas. O ideal seria criar um sistema que estabeleça as obrigações trabalhistas de acordo com o porte de cada empresa. Seria um mecanismo decisivo para a formalização de milhões de trabalhadores que atualmente atuam na informalidade", destacou.

Para o professor da FEA-SP Paulo Roberto Feldmann, ao contrário dos países onde as pequenas empresas são fortes, com alta participação no PIB, como Alemanha e Itália, o Brasil não possui leis que protejam e favoreçam a pequena e a micro. São necessárias medidas que estimulem a associação de empresas com objetivos comuns, por exemplo, exportação, ressalta. Na Itália, segundo o professor, as empresas que se unem para exportar em conjunto são isentas de muitos impostos. Por isso, do total das exportações italianas, 42% são de pequenas empresas, enquanto no Brasil o índice é de apenas 1,3%.

**Dalazen: "O ideal seria criar um sistema que estabeleça as obrigações trabalhistas de acordo com o porte de cada empresa"**

De outra parte, conforme Feldmann, a elevada carga tributária contribui para sufocar a microempresa. "Em outros países há uma clara diferença de tratamento entre as grandes e pequenas que não existe no Brasil", ressalta. "Aliás, o Simples é uma esmola que o governo brasileiro resolveu dar para não dizerem que ele nunca fez nada para o setor. Se compararmos com o que os países desenvolvidos fazem para apoiar suas pequenas e microempresas, veremos que o sistema adotado pelo governo brasileiro é ridículo."

A saída está em desenvolver o empreendedorismo, o que significa eliminar a burocracia, facilitar o acesso ao crédito, reduzir taxas de juros, mas, principalmente, educar e capacitar essa imensa massa de brasileiros desvalidos para que tenham e administrem seu próprio empreendimento, destaca Feldmann. "Ajudar a pequena empresa brasileira a ser inovadora, facilitar a realização de consórcios entre elas e disseminar informações importantes que melhorem sua gestão são os fatores que vão criar as condições para que elas tenham meios de superar sua crônica baixa produtividade. Sem um forte segmento de pequenas e microempresas produtivo, nunca teremos desenvolvimento sustentado."

# Número de falências foi menor em 2011

**Barreto: "Nos últimos 40 anos, a atuação do Sebrae tem sido essencial no atendimento da micro e da pequena empresa"**

Em 2011, o número de pedidos de falência foi menor que nos dois anos anteriores – 1.143 empresas de micro e pequeno portes tiveram que fechar as portas. O volume representa 7% a menos que o registrado em 2010, 1.233. Entre janeiro e dezembro de 2009, a quantidade foi ainda maior, 1.512. Os dados estão no Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações.

"Os dados da Serasa coincidem com o levantamento feito pelo Sebrae, que mostra o aumento da taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas brasileiras. A cada 100 negócios, 73 sobrevivem aos dois primeiros anos de atividades, que costumam ser os mais críticos", comenta o presidente do Sebrae Nacional, Luiz Barretto. "O aumento da taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil pode ser creditado ao bom momento da economia brasileira, ao aumento da escolaridade da população e, particularmente, à melhor capacitação dos empreendedores", diz Barreto.

Nos últimos 40 anos a atuação do Sebrae tem sido essencial, acrescenta. "Todas as ações realizadas pelo Sebrae têm como objetivo melhorar a gestão das micro e pequenas empresas. Além de cursos e palestras, consultorias, e informações de gestão, o Sebrae dispõe de soluções de acesso a mercados e uma série de serviços." Para Barreto, as micro e pequenas empresas brasileiras devem investir cada vez mais em inovação, pois é o melhor caminho para aumentar a competitividade e aumentar a sobrevivência. O Sebrae vai investir R$ 780 milhões em inovação nos próximos três anos. "Recentemente criamos o programa Agentes Locais de Inovação (ALIs), em que jovens recém-formados na universidade são treinados pelo Sebrae e vão até as empresas, elaboram um diagnóstico e apresentam um plano de ação para melhorar a gestão, sem nenhum custo", ressalta.

# "Com o coração na boca"

"Somos microempresários por falta de alternativa, até mesmo por falta de capital, uma anomalia que nasce junto com a empresa e pode levá-la a sua extinção", diz Mário de Santi, dono do restaurante Orquestra de Panelas, de Porto Alegre, fundado em agosto de 1993.

Considerado um dos setores de maior geração de postos de trabalho, a microempresa sofre pela falta de incentivo por parte do governo para aquisição de crédito para investir em capital de giro, afirma Santi. Por causa disso, a administração do negócio torna-se bastante complexa e explica em parte os altos índices de mortalidade nos primeiros anos de atividade, acrescenta.

A administração da área trabalhista da empresa é apenas uma das preocupações, relata o empresário. Por exemplo, para a contratação de um funcionário sem qualquer qualificação, toda empresa é obrigada a pagar um salário de R$ 700,00, valor do mínimo regional no Rio Grande do Sul. Sem contar que os demais encargos somam exatamente a dobro do salário, o empreendedor ainda é obrigado por lei a disponibilizar vale-alimentação e vale-transporte, acrescenta.

Mas o mais difícil é o final e o início de cada ano, quando a empresa é obrigada a desembolsar o 13º salário e, no caso de férias, mais 30% sobre o salário. "Uma situação que pode ser pior em conjunturas econômicas adversas sem qualquer opção de crédito e capital que poderiam atenuar esses desembolsos", repara o empresário.

No caso das demissões, Santi lembra a obrigatoriedade da multa de 50% sobre o FGTS, o que considera um percentual proibitivo para uma pequena empresa. "Imagine o rombo nas finanças de uma microempresa com o custo de demissão de um funcionário com dez anos de casa, ainda mais com a nova lei do Aviso Prévio? Isso demonstra claramente que a lei trabalhista não pode ser a mesma para as grandes e as microempresas. Como está, somos obrigados a cumprir os mesmos encargos que uma empresa como a Petrobras, o que é um absurdo", ressalta.

Mas o ponto considerado mais problemático no setor, de acordo com Santi, é mesmo o tributário. "É aí que reside o nó da microempresa", diz.

Com tantas preocupações, tirar férias é um sonho distante, complementa Santi: "Não há como sair de férias e esquecer os boletos a pagar. Afastar-se do negócio é assumir riscos perigosos. A empresa pode até conseguir um empréstimo bancário, mas quem mata no peito é o dono. Em termos simples, quem tem uma microempresa está sempre com o coração na boca".

**Governo do Paraná é pioneiro no tratamento diferenciado das pequenas e microempresas**

# Fórum do Paraná capacita empreendedores

Um dos desafios do Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná é contribuir para a redução da taxa de mortalidade dos empreendimentos.

Segundo Ricardo Barros, secretário da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul e presidente do Fórum, uma das alternativas é a capacitação dos empreendedores e futuros empreendedores. "Temos que orientar, passar informações por meio de encontros, reuniões, palestras e ações para reduzir significativamente a taxa de mortalidade. Em uma pequena cidade, o fechamento de uma empresa pode ocasionar um grande e problemático efeito, com reflexos para diversas famílias", diz.

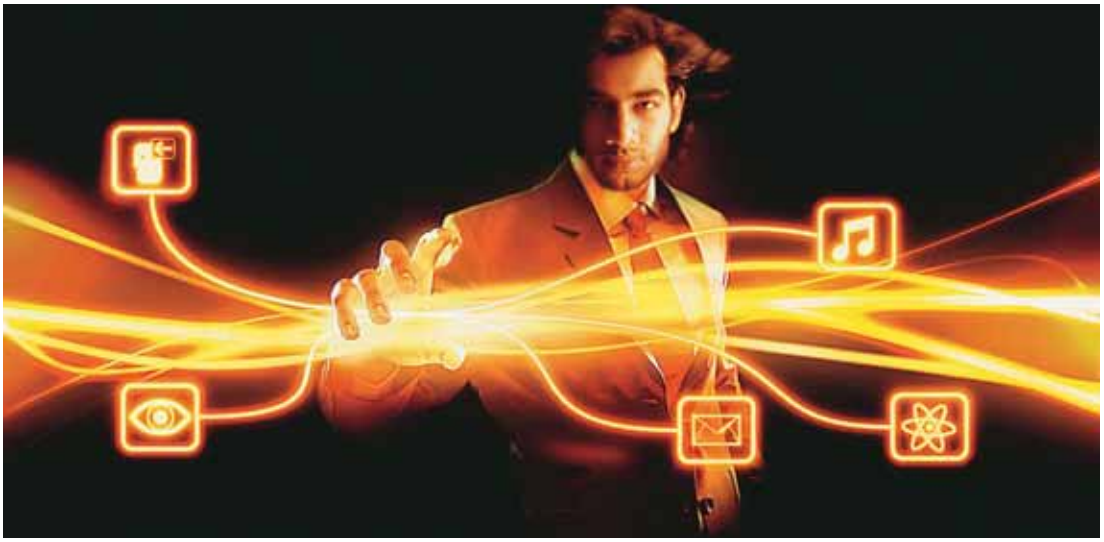
O Fórum é a instância governamental competente para cuidar dos aspectos não tributários relativos ao tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas e empreendedores. É formado por 32 representantes dos poderes públicos estadual e federal, do Sebrae e por entidades de representação empresarial. O Fórum paranaense é considerado referência nacional e foi utilizado como modelo por outros estados.

Ricardo Barros acrescenta que o Fórum também tem que trabalhar junto às prefeituras e lideranças municipais para definir o foco de atuação da economia local. "A maior parte das cidades que deram certo possui um foco específico, determinado. Isso ocorre em Arapongas com os móveis, em Apucarana com produção de bonés, em Cianorte com as confecções, em Pato Branco com tecnologia e em outras tantas cidades."

O Fórum possui quatro metas definidas: a implantação da lei geral estadual, a criação de um fundo de aval, a formatação da lei de inovação do Paraná e a implantação da lei geral das micro e pequenas empresas em todos os municípios paranaenses. Atualmente, 68 cidades do Paraná ainda não possuem legislação municipal sobre o tema.

Para Barros, essa consolidação no interior vai possibilitar a criação de milhares de empregos e de oportunidades para os jovens que hoje têm que sair das suas cidades em busca de trabalho em municípios de médio ou grande portes. "As micro e pequenas empresas são os pontos-chave para o desenvolvimento da economia brasileira."

O Fórum parananense é dividido em sete comitês temáticos: racionalização legal e burocrática, investimento e financiamento, formação e capacitação empreendedora, tecnologia e inovação, comércio exterior e integração internacional, acesso aos mercados e acompanhamento tributário.



# **Startups**, a nova onda empreendedora

*O maior desafio é criar um modelo de negócio enquanto ainda não existe receita*

Durante o período de 15 de setembro a 23 de outubro do ano passado, na fase preparatória do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2011), a startup educacional Descomplica teve mais de 380 mil alunos impactados, além de 2,2 milhões de visualizações de vídeo, 42,5 mil horas de vídeos vistos e uma média de 800 alunos simultâneos vendo as aulas ao vivo, com picos de 5 mil alunos simultâneos nas aulas pré-gravadas.

"Conseguimos chegar a aproximadamente 10% de todos os alunos que fizeram o Enem", comemorou Marco Fishben, fundador e diretor-geral do Descomplica, cujo projeto contou com o apoio do Instituto Natura, da operadora Vivo e da Microsoft.

Assim como o Descomplica, centenas de startups, de origem nacional, estão surfando naquela que é chamada a nova onda da Internet. O maior desafio dessa nova forma de empreender é criar um modelo de negócio enquanto ainda não existe receita. O termo surgiu com a "bolha da Internet", entre 1996 e 2001, e foi criado para descrever um grupo de empreendedores com ideias diferentes de tudo o que já havia sido criado até então.

Apesar de serem comuns em ambientes virtuais, as startups estão presentes em qualquer lugar, desde que comprovem ser um negócio repetível e escalável. De acordo com os especialistas, existem três definições possíveis para as startups: pode ser qualquer pequena empresa em seu período inicial; uma empresa que possui custos de manutenção muito baixos e ainda assim consegue crescer rapidamente e gerar lucros cada vez maiores; ou um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios inovador, trabalhando em condições de extrema incerteza.

É justamente por esse ambiente de incerteza – até que o modelo seja encontrado – que tanto se fala em investimento para startups – sem capital de risco, é muito difícil persistir na busca pelo modelo de negócios enquanto não existe receita. Após a comprovação de que ele existe e a receita começar a crescer, provavelmente será necessária uma nova leva de investimento para essa startup se tornar uma empresa sustentável. Quando se torna escalável, a startup deixa de existir e dá lugar a uma empresa altamente lucrativa. Caso contrário, ela precisa se reinventar – ou enfrenta a ameaça de morrer prematuramente.

**Marco Fishben, fundador e diretor-geral do Descomplica: uma ideia genial**

A Aceleradora, uma das empresas nacionais do setor, oferece apoio em diferentes aspectos do negócio, incluindo gestão, estratégia, marketing, tecnologia, finanças, jurídico e o próprio modelo de negócios e capital-semente – modalidade de investimento na qual capitalistas tornam-se sócios das empresas através da compra de participações, o que significa dividir lucros e perda. " Já ajudamos a capacitar mais de 600 empreendedores, e nossos artigos foram lidos mais de 130 mil vezes por pessoas ligadas ao empreendedorismo", disse a Empresa Brasil Yuri Gitahy, fundador da Aceleradora.

Em troca da capacitação, a Aceleradora fica com uma participação de 5% da empresa, tornando-se uma cofundadora do negócio. O porcentual pode ser maior caso a empresa tenha potencial para receber um aporte financeiro.

De acordo com Gitahy, mesmo com toda a atenção recente da mídia, investir em startups é extremamente arriscado. Ao mesmo tempo, o retorno é muito grande para aqueles que souberem encontrar projetos com grande potencial de sucesso ainda em estágio embrionário. Hoje, startups recebem capital-semente de investidores-anjo e fundos de capital de risco, sejam estes últimos de origem privada ou uma combinação entre capital público e privado.

A Aceleradora tem um banco de mais de 3 mil projetos cadastrados ao longo de quatro anos que se autoafirmam como startups, mas apenas algumas centenas podem ser considerados viáveis para análise de investimento, e apenas algumas dezenas viáveis para receberem um aporte. A proporção é: de cada mil projetos listados, 100 são viáveis para análise e apenas 10 são aptos para receberem investimento, sendo que ao final somente um chega a receber capital de risco. Com o crescimento do mercado de investidores-anjo – ou mesmo familiares e amigos que apostem no projeto – o número de aportes até R$ 100 mil deve mais que triplicar.

As startups, segundo Gitahy, que hoje apresentam maior chance de crescimento estão relacionadas aos setores de e-commerce, educação e serviços de consumo. "Isso acontece devido ao grande crescimento do Brasil e outros países emergentes nesses setores", diz.

Para o especialista, as maiores dificuldades da Aceleradora residem no fato de que o empreendedor brasileiro ainda pensa startups como produtos, e não como um negócio. De outra parte, muitos projetos afirmam que precisam de funding, mas não sabem onde gastar o dinheiro. Isso mostra claramente que o problema precisa ser resolvido antes de receberem um aporte – seja na capacitação do empreendedor ou na melhoria do produto e modelo. No caso do foco dos empreendedores, segundo Gitahy, este devia ser "como faço meu negócio atrativo, competitivo e lucrativo para crescer sem precisar de investimento?".

**Yuri Gitahy, da Aceleradora: investir em startups é arriscado**

# Capital privado é a maior fonte de recursos

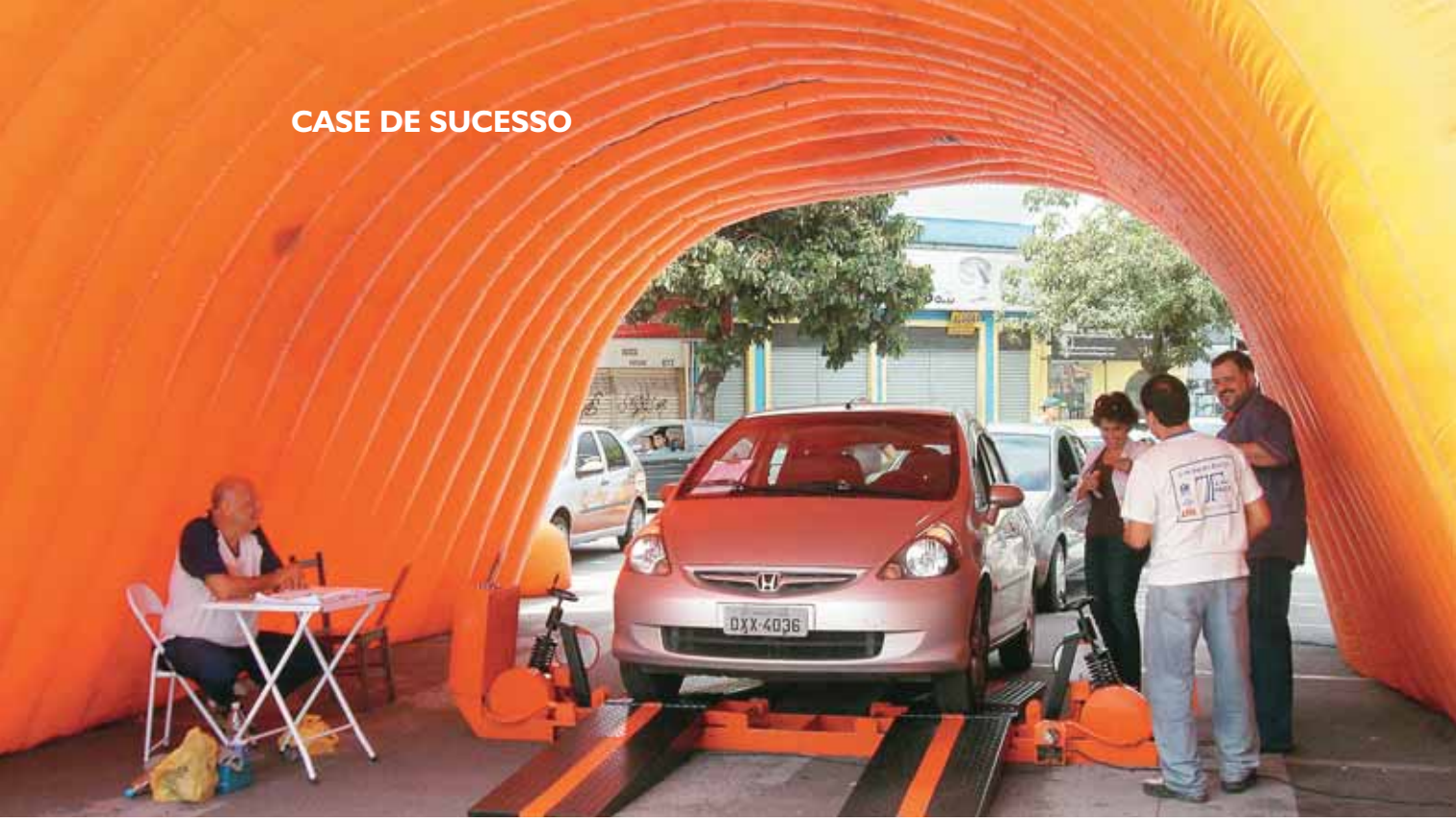
Uma das fontes de dinheiro das startups são os órgãos públicos. Além da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), há ainda o Criatec, fundo nascido a partir de uma iniciativa do BNDES, que tem R$ 100 milhões disponíveis para empreendimentos inovadores.

Os investimentos privados, no entanto, formam a maior parte do capital disponível para startups – e a aposta em empresas nascentes vem aumentando. Segundo dados da Fundação Getulio Vargas, US$ 128 milhões foram investidos em venture capital e US$ 6,5 milhões em capita-semente no ano de 2009. Estimativas do mercado, porém, indicam que os fundos já teriam hoje entre US$ 1 bilhão e US$ 1,3 bilhão à disposição para investir em companhias iniciantes.

**Fundos**

Entre os fundos brasileiros especializados em venture capital, um dos destaques é o Monashees, que já tem R$ 60 milhões aplicados em 18 negócios. E há também dinheiro estrangeiro sendo destinado às ideias nascidas no Brasil. Apenas o fundo americano Redpoint Ventures investe em quatro empresas, entre elas a Shoes4you, que vende calçados por assinatura mensal, e o Viajanet, site de serviços turísticos.

O fundo Tiger Global Management, também dos Estados Unidos, comprou participação em companhias brasileiras de destaque, como MercadoLivre, Netshoes, Peixe Urbano e Catho.



As inspeções itinerantes são promovidas pelo menos uma vez por ano, em cada cidade onde há empresas do núcleo

# **Pit stop** fluminense

*Inovação, capacitação e marketing fazem parte da rotina das 120 empresas do Núcleo Estadual Automotivo do Rio de Janeiro, que tem buscado especialização dos serviços para atender às exigências de mercado. Faturamento cresce até 12% ao ano*

Há dez, anos quando o Núcleo Estadual Automotivo do Rio de Janeiro (Nea/RJ) começou a se formar em Teresópolis, com poucas empresas, o foco central era a sobrevivência dos negócios. Hoje, com 120 empresas em 11 municípios fluminenses, o Núcleo não só tem permitido a manutenção dos empregos como o crescimento dos empreendimentos que têm investido na qualificação, inovação e marketing. A experiência de associativismo da última década também foi essencial para que empresários muito afetados pelas fortes chuvas que arrasaram a região Serrana do Estado, no início de 2011, pudessem se recuperar.

"Hoje, o Núcleo trabalha com pesquisa de satisfação de clientes para direcionar ações de marketing, e temos casos de empresas que estão abrindo filiais", conta a analista do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro (Sebrae/RJ), Flávia Guedes. Ela relata que a capacitação técnica e o contato direto com fornecedores têm sido um diferencial para os empreendimentos do Nea que têm conquistado crescimento de faturamento anual de até 12%. Crescimento que tem se mantido mesmo em tempos de crise econômica mundial.

Além da gestão empresarial, o núcleo está focando seus treinamentos em áreas especializadas à atividade principal que desempenham. Em 2011, o destaque foi o primeiro curso de mecatrônica automotiva com 92 horas/aula para 24 empresários de Nova Friburgo. Conforme Glaucia Nogueira, gestora do Nea/RJ pelo projeto Empreender Competitivo, a iniciativa partiu do Grupo de Reparadores Automotivos Friburguenses (GRAF), antenados com as novas necessidades do mercado e com a importância dos conhecimentos sobre eletrônica embarcada. A eletrônica embarcada é aquela desenvolvida para veículos, que inclui, por exemplo, injeção eletrônica, painéis eletrônicos e freio ABS.

De acordo com Glaucia, por causa da grande demanda, já está prevista uma segunda turma do curso para este ano. O curso de mecatrônica foi organiza-

do pelo Nea em conjunto com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Nova Friburgo (Acianf), Sebrae/RJ e Federação das Associações Comerciais e Empresariais Rio de Janeiro (Facerj). A partir desse treinamento, empresários friburguenses já podem oferecer um serviço mais especializado com diagnósticos mais precisos na área automotiva.

**Serviço oferece diagnósticos precisos na área automotiva**

### Central de compras

A negociação direta com fornecedores de peças e máquinas também trouxe vantagens para os empresários fluminenses. "Essa aproximação com fornecedores tem permitido a aquisição com preços melhores, e vamos melhorar ainda mais com a central de compras que estamos iniciando agora", revela Klay Willian Emerick, proprietário do Centro Automotivo Clicar, em Nova Friburgo, e coordenador do Nea. O empresário, no ramo automotivo há 12 anos e há sete no Núcleo, conta que hoje é possível conseguir descontos de 5 a 10% pela compra direta. A ação foi organizada pelo projeto Empreender com a visita a fábricas de peças em São Paulo e Minas Gerais, de acordo com a analista do Sebrae. A central de compras, ainda em fase inicial, vai organizar a aquisição conjunta dos produtos, garantindo maior escala e, consequentemente, redução de custos. Emerick adiantou que, pela central, empresários do Núcleo estão adquirindo oito elevadores a R$ 7,2 mil cada, R$ 1 mil a menos que o preço de mercado. E o frete será gratuito. "Uma de nossas principais metas para este ano será fortalecer a central de compras" disse o empresário.

Outra ação do Nea é a inspeção veicular itinerante. Conhecida como "Pit Stop", a iniciativa prevê a montagem de uma estrutura em praça pública para inspeção gratuita de veículos. Os profissionais que trabalham durante o Pit Stop utilizam um check list preparado pelas empresas para verificar uma série de itens do veículo. Após a inspeção, os serviços das automecânicas são oferecidos com descontos aos potenciais clientes.

As inspeções itinerantes são promovidas pelo menos uma vez por ano, em cada cidade onde há empresas do Nea, informa o coordenador Klay Emerick. As Associações Comerciais, além de fabricantes como Moura, Maguinet Marelli e Cofap, são alguns dos parceiros do núcleo nos Pit Stops. As empresas também fazem divulgação em feiras realizadas no estado do Rio de Janeiro e participam de eventos de tecnologia em São Paulo e na região Sul.

Já os workshops de inovação organizados pelo Sebrae, Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e outros parceiros motivaram os empreendedores a construir site próprio do núcleo para permitir a interatividade entre os próprios empresários, com os fornecedores e com os clientes. O lançamento do site, que já está finalizado, deve ocorrer ainda neste mês de fevereiro. A implantação de um software único para padronização das lojas é outra ação em andamento para este ano. A ideia é, inclusive, padronizar até fachadas e uniformes, um processo que deve ser concluído em 2013, segundo Flávia Guedes, e que vai culminar na constituição de uma Rede Estadual de Reparação Automotiva.

# Os pequenos também ganham

Cidades como Nova Friburgo e Teresópolis foram castigadas no início do ano passado pelo excesso de chuvas que deixaram milhares de pessoas desabrigadas, mais de 270 mortos e um rastro de destruição. Nos dois municípios, empresas do Nea também foram bastante afetadas pela força das águas. "Quatro de nossas empresas foram totalmente atingidas", lembra Emerick. Nesse momento, as parcerias e a união entre as empresas do Núcleo foram cruciais. Algumas lojas cederam peças e a sensibilização dos fabricantes garantiu a recuperação gratuita de máquinas. O Sebrae e a Facerj também contribuíram com material para recuperação das empresas.

Por outro lado, o aumento da demanda em decorrência da quantidade de carros inundados trouxe oportunidades de negócios para as auto-mecânicas da região. O próprio coordenador do Nea adquiriu um equipamento para aspirar água e recuperou 20 veículos na época. A situação difícil foi ainda mais um incentivo para a preparação do curso de mecatrônica, que deixou mais profissionais qualificados para atuar em cenários como o verificado no início de 2011. "Houve um grande aprendizado e, com certeza, esses empresários estão mais preparados para superar as dificuldades. Essa é a prova que o trabalho em conjunto dá certo", reforça a analista do Sebrae que esteve na primeira reunião dos empresários do núcleo após a tragédia, realizada em fevereiro de 2011.

**Klay Emerick, coordenador do Nea**

Apesar das dificuldades, Klay Emerick comemora os resultados da atuação do projeto Empreender para os negócios de seu Estado. "O Empreender está mudando a vida dos empresários da região. O projeto tem promovido o estreitamento do relacionamento e a cooperação e dá oportunidade aos pequenos. Vi empresas informais buscarem a legalização a partir do núcleo", complementa. A próxima meta é sediar o 2º Encontro Nacional de Núcleo de Auto-mecânicas. A primeira edição foi realizada em 2010, em Florianópolis (SC).

## O que é o núcleo estadual automotivo do Rio de Janeiro

- É formado por 120 empresas de 11 municípios cariocas
- Está presente nas cidades de Teresópolis, Rio de Janeiro, Nova Friburgo, Barra Mansa, Volta Redonda, Itaguaí, Cachoeiras de Macacau, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Valença
- O 11º núcleo, de Cordeiro, ingressou no Nea em dezembro de 2011

## Empreender

O projeto Empreender, realizado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) em parceria com o Sebrae, foi criado para fortalecer as micro e pequenas empresas. Presente em todas as unidades da federação, ele reúne empresários de um mesmo município nos chamados núcleos setoriais com a participação de um consultor, cujo papel principal é o de moderar as reuniões. Eles discutem problemas comuns e buscam soluções conjuntas. A diferença de outros projetos é que as soluções são apontadas e executadas pelos próprios empresários. Para tanto, o consultor, como facilitador das reuniões, faz uso de uma metodologia específica para trabalho com grupos originada na Alemanha, denominada METAPLAN.

FEVEREIRO/2012 – SEBRAE.COM.BR – 0800 570 0800

# Empreender

INFORME DO SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

## MPE BUSCAM MAIS CRÉDITO PARA CRESCER

Em 2011, o valor dos empréstimos contratados pelas MPE junto aos bancos públicos federais foi de R$ 143,4 bilhões, o que representa um aumento de 13,5% em relação a 2010

Foto Vinícius Fonseca

SEBRAE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

# SÃO PAULO TERÁ UMA EMPRESA PARA CADA 17 HABITANTES EM 2020

## Estudo do Sebrae no estado aponta que setor de serviços ultrapassará comércio

Foto Vinícius Fonseca

A pesquisa mostra que a confecção de artigos de vestuário tem 14% de participação no setor da indústria

O número de constituições de empresas vem crescendo: entre 2000 e 2005, foram formadas, em média, 143 mil empresas por ano em São Paulo. Já de 2006 a 2010, essa média subiu para 190 mil, sendo que, em 2010, foram constituídas 203.878 no estado. Este dado pertence à pesquisa Cenários 2020, do Sebrae em São Paulo.

Hoje, o estado de São Paulo tem 22 habitantes para cada micro e pequena empresa, enquanto os Estados Unidos possuem dez habitantes para cada MPE, a Itália,15, e a Espanha, 17. A expectativa é de que, em 2020, haja 17 habitantes para cada MPE, aproximando-se da taxa atual de países mais empreendedores, como Espanha e Itália.

O estudo "Cenários e tendências para as micro e pequenas empresas (MPE) paulistas" foi elaborado com o objetivo de subsidiar a estratégia de instituições que promovem o segmento. O relatório apresenta tendências que podem influenciar o universo das micro e pequenas empresas paulistas nos próximos anos e traça um cenário sobre a evolução desses negócios até 2020.

"Em termos setoriais, deve-se destacar o expressivo crescimento da abertura de empresas no setor de serviços", pontua Pedro Gonçalves, consultor do Sebrae em São Paulo.

As estatísticas apresentadas acima não incorporam o empreendedor individual (EI). Considerando o EI, o número de constituições de empresas no estado de São Paulo foi de 353,1 mil em 2010. "Nesse ano, foram constituídos 149.222 empreendedores individuais no estado de São Paulo", afirma Bruno Caetano, superintendente do Sebrae.

### Atividades com maior participação em cada setor

A Pesquisa Cenários 2020 aponta também as atividades com maior presença e maior índice de crescimento dentro dos setores. No comércio, destacam-se as de varejo de vestuário, que representam 9,9% do setor e têm um aumento de 4,9% ao ano no número de MPE; varejo de materiais de construção, com participação de 6,5% e crescimento médio anual de 3,1%; e comércio de autopeças, com 6,6% de participação relativa no setor e crescimento de 3,4% ao ano.

No setor de serviços, a atividade serviços de alimentação possui 19,4% de participação e cresce 3,3% ao ano; serviços de escritório e apoio administrativo representam 11,5% do setor, com taxa de crescimento de 6,7%. Destaca-se também a atividade de transporte terrestre, com 9,2% de participação e

Em 2010, 46% das empresas formadas foram do setor de serviços, 41% do comércio e 13% da indústria

Foto Bernardo Redello

crescimento médio anual de 4,8%.

Já no setor da indústria, a construção representa 15,3% no número de MPE, com taxa de crescimento anual de 8,8%; confecção de artigos de vestuário tem 14% de participação no setor e cresce 1,7% ao ano; evidenciam-se também serviços especializados para construção, com 12,4% de participação no setor e a maior taxa de crescimento médio,15,5% ao ano.

## População empreendedora deve chegar a 6 milhões em 2020

Os empreendedores no estado de São Paulo, formalizados ou não, podem ser segmentados entre os que trabalham com empregados (empregadores) e sem empregados (por conta própria). De acordo com a pesquisa PNAD/IBGE há 1,1 milhão de empregadores no estado de São Paulo (2009) e 3,3 milhões de "conta própria". "Em 2020, esperam-se 1,5 milhão de empregadores e 3,7 milhões de empreendedores por conta própria no estado", destaca Bruno Caetano.

O Sebrae em São Paulo estima que atualmente existam cerca de 657 mil candidatos a empreendedor (pessoas com intenção de iniciar um empreendimento no período de um ano). Em 2020, projeta-se a existência de 787 mil com esta finalidade. "Dessa forma, estima-se que atualmente a população empreendedora do estado de São Paulo é da ordem de 5 milhões de pessoas, devendo chegar a 6 milhões em 2020", reflete o consultor Pedro Gonçalves.

## Mulheres empreendem cada vez mais

A perspectiva é de que a participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA) do estado de São Paulo cresça até 2020, saindo da taxa atual de 45% para 49%. Já o número de mulheres à frente de empreendimentos tende a crescer de forma mais expressiva. "Mantido o ritmo de crescimento dos últimos anos, a participação das mulheres como empregadoras (donas de empreendimentos com empregados) deverá passar de 31% em 2009 para 42% em 2020", declara Gonçalves. Para o mesmo período, a participação das mulheres que trabalham por conta própria (sem empregados) deverá crescer de 38% para 47%.

# PEQUENOS NEGÓCIOS CONTRATAM MAIS DE R$ 143 BI EM CRÉDITO

Levantamento junto a bancos públicos federais mostra que em 2011 o volume cresceu 13,5% na comparação com 2010

Foto Bernardo Rebello

Os empresários estão em busca de recursos para capital de giro e investimento

As micro e pequenas empresas (MPE) contrataram mais de R$ 143,4 bilhões em empréstimos junto aos cinco bancos públicos federais em 2011. O número representa a soma dos valores emprestados pela Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Brasil. O volume é 13,5% superior ao de 2010.

Segundo levantamento feito pela Agência Sebrae de Notícias com informações das instituições financeiras, em 2010 foram emprestados às MPE R$ 126,3 bilhões pelos mesmos bancos.

"A alta na procura das micro e pequenas empresas por crédito se deve ao aquecimento do mercado interno", avalia o diretor-técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos. Com o aumento da demanda dos clientes, os empresários recorrem mais ao crédito para capital de giro e investimento. "Mesmo com a maior oferta, os pequenos negócios precisam de tratamento diferenciado, com mais facilidade de acesso a crédito", destaca Carlos Alberto.

A participação das micro e pequenas empresas no total de pessoas jurídicas tomadoras de financiamento é maior entre os clientes da Caixa. De cada R$ 100 emprestados às empresas, R$ 44 foram contratados para empreendimentos de pequeno porte. O volume é 15% superior ao de 2010. Para esse segmento, a Caixa desembolsou R$ 28,6 bilhões, em 2011, frente aos R$ 24,7 bilhões de 2010. O valor vai subir neste ano: o banco terá R$ 40 bilhões aos pequenos negócios.

Além de disporem de mais recursos, os empresários clientes da Caixa poderão contar com juros mais baixos do que os praticados em 2011.

No BNDES, a proporção de empréstimos aos pequenos negócios dentro do total direcionado à pessoa jurídica foi recorde e atingiu 36%. Foram contratados R$ 49,8 bilhões por micro e pequenas empresas, 9% a mais que em 2010. Houve apoio a 236 mil empresas em 2011, 34% superior ao volume verificado no ano anterior. O Cartão BNDES está entre os fatores que impulsionaram o crescimento. Somente as liberações do cartão atingiram R$ 7,6 bilhões, com aumento de 76% em relação a 2010.

# COMÉRCIO BRASIL AJUDA EMPRESAS A VENDER R$ 17 MILHÕES EM 2011

## Iniciativa do Sebrae busca oportunidades e aproxima micro e pequenas empresas de diferentes estados

Projeto do Sebrae que promove a aproximação comercial entre micro e pequenas empresas (MPE) de diferentes regiões, que sem apoio dificilmente se conheceriam e fechariam negócios, o Comércio Brasil ajudou cerca de mil empreendimentos a negociar um total de R$ 17 milhões em 2011. Mais de 150 produtos de diversos estados foram vendidos ao longo do ano passado. Desde 2005, primeiro ano de atividades do projeto, foram fechados R$ 159 milhões em negócios por meio da rede.

O apoio do Sebrae à Toca Tapetes, criada por um grupo de artesãos de Araranguá, cidade no litoral sul de Santa Catarina, gerou contratos com companhias de todo o país. Nove anos após a formalização, os 64 artesãos ligados à associação produzem mensalmente mais de 5 mil tapetes feitos de resíduos têxteis. As peças são vendidas a lojas de diferentes estados brasileiros e a grandes empresas, como a Tok&Stok e o Pão de Açúcar.

A aproximação comercial se deu com a ajuda do Sebrae, por meio do Comércio Brasil, que promoveu a participação da Toca Tapetes em feiras comerciais e em rodadas de negócios. Só o contrato com a Tok&Stok prevê a compra de 20 mil peças. O apoio foi fundamental para consolidação das vendas, segundo Aldanete Ferreira, uma das sócias. "Sem o Sebrae a gente jamais teria enfrentado a burocracia de fechar contratos com empresas de outros estados, o custo de participar de uma feira e a distância que nos separa das grandes companhias", conta Aldanete.

O Comércio Brasil surgiu após identificação das dificuldades que impediam a expansão comercial dos pequenos empreendimentos. Primeiro, o Sebrae verifica se o produto oferecido está adequado às exigências, como rotulagem e embalagem. Depois, realiza ajustes e trabalha pela inserção no mercado.

Os agentes que compõem o elo entre as MPE e os canais de comercialização identificam os obstáculos e orientam os participantes a obterem melhor desempenho. Uma das formas de aproximar os empreendedores é por meio da presença em feiras e eventos com possíveis compradores.

Fotos Rô Reitz

O projeto promove a aproximação comercial entre micro e pequenas empresas de todo o país, como a Toca Tapetes, do Paraná

# POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERA NOVA CADEIA DE VALOR

## Nova lei gera oportunidades para coopertivas e associações de trabalhadores de baixa renda

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada em 2010, após 20 anos de tramitação no Congresso Nacional, vai gerar uma nova cadeia de negócios no país. A responsabilidade compartilhada entre a União, os estados e os municípios na gestão do lixo vai mudar hábitos e cultura de cidadãos, mercado e instituições, além de impactar em outras políticas públicas. As micro e pequenas empresas (MPE) têm muito a ganhar com a nova legislação. A análise é do diretor-executivo da Envolver, agência de notícias sobre sustentabilidade, Dal Marcondes.

Ele palestrou para a primeira turma de 2012 do Programa de Formação em Sustentabilidade do Sebrae no Mato Grosso. O evento reuniu 28 gestores e coordenadores de projetos de várias unidades estaduais da instituição no Espaço Sebrae de Conhecimento, em Cuiabá, nesta semana.

O Sebrae tem exercido liderança em relação à sustentabilidade, segundo Marcondes. "O engajamento da instituição é profundamente transformador. Tem a capacidade de atingir a maior base econômica brasileira, que são as MPE", argumentou.

No campo da logística reversa, segundo o jornalista, haverá um mundo de oportunidades que vai ajudar a solucionar gargalos e transformar resíduos sólidos em matéria-prima para novos ciclos produtivos. Negócios especializados deverão surgir em todas as regiões do país. "As cooperativas de catadores de materiais recicláveis têm papel importante na nova cadeia produtiva. A lei prioriza a participação de associações de pessoas de baixa renda na integração do sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e da logística reversa", comentou Dal.

Até o final deste ano, todas as prefeituras terão de apresentar um plano de manejo para a gestão de resíduos ao governo federal. As sanções pelo descumprimento da norma poderão significar cortes nos repasses federais para o município. A PNRS também determinou que os lixões devem ser extintos até outubro de 2014. "Essa é uma mudança radical. Materiais recicláveis e reutilizáveis não poderão ir para os aterros sanitários", destacou Marcondes. A Política Nacional de Resíduos Sólidos permite ainda que os municípios formem consórcios ou outras formas de cooperação na solução do problema.

Foto Ricardo Saibun Luz

As micro e pequenas empresas poderão ser muito beneficiadas com a nova legislação



**Empreender** – Informe Sebrae. Presidente do Conselho Deliberativo Nacional: Roberto Simões. Diretor-Presidente: Luiz Barretto. Diretor-Técnico: Carlos Alberto dos Santos. Diretor de Administração e Finanças: José Claudio dos Santos. Gerente de Marketing e Comunicação: Cândida Bittencourt. Edição: Ana Canêdo, Antônio Viegas. Endereço: SGAS 605, Conjunto A, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.200-645 – Fone: (61) 3348-7494 – Para falar com o Sebrae: 0800 570 0800
Na internet: *sebrae.com.br // twitter.com/sebrae // facebook.com/sebrae // youtube.com/tvsebrae*

# População brasileira usa **cada vez menos o cheque**

*Mesmo para pequenas compras é cada vez maior a preferência por cartões de débito, em detrimento do cheque, cujo documento não é tão seguro como os meios eletrônicos*

A população brasileira está usando cada vez mais os meios eletrônicos para fazer seus pagamentos, dada a preferência por cartões de débito e de crédito. A justificativa é de que essas opções são mais seguras do que o cheque, cujo uso vem decrescendo ano a ano.

Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o ano de 2011 registrou o menor volume de compensação de cheques desde 2001, quando foi instituída pelo Banco Central a Transferência Eletrônica Disponível (TED) – sistema que permite a transferência de recursos no mesmo dia, sem ter de aguardar os prazos de compensação ou de processamento de um dia útil, no mínimo, dos demais instrumentos.

"Há dez anos temos um decréscimo constante na compensação de cheques, mas desde 2008 esse decréscimo se tornou mais constante", disse a Empresa Brasil Walter Tadeu Pinto de Faria, diretor adjunto de serviços da Febraban.

De acordo com o executivo, mesmo para pequenas compras é cada vez maior a preferência por cartões de débito, em detrimento do cheque, cujo documento, apesar de compensável, não é tão seguro como os meios eletrônicos em função de clonagens e falsificações. "Além dos cartões, existem a TED, para valores mais altos, e o DOC, que cai na sua conta no dia seguinte", ressalta Faria.

Para garantir o uso dos instrumentos eletrônicos, os bancos brasileiros investem valores expressivos em segurança. Anualmente, R$ 9,4 bilhões são gastos pelas instituições financeiras tanto em sistemas de segurança física quanto em segurança eletrônica, com o objetivo de garantir a integridade de seus clientes e colaboradores.

Apesar dessa tendência, o diretor da Febraban ga-

**Faria, da Febraban: "O cheque nunca será extinto"**

rante que o cheque não será extinto: "Isso não aconteceu em países como a França e os Estados Unidos, que mesmo com um número muito maior de transações eletrônicas do que o Brasil, mantêm um volume de compensação de cheques superior ao nosso".

Um dos argumentos de Faria baseia-se no crescimento da bancarização da população brasileira, que deve garantir muitos anos de vida ao cheque. "Os novos clientes, que vêm de classes sociais mais baixas, tendem a confiar mais no papel. A migração para os meios eletrônicos leva tempo", diz. Segundo dados do Banco Central, em 2010 houve um aumento de 5,7% no número de contas correntes existentes, que chegou a 141 milhões.

Em 2010, foram realizados 9,4 bilhões de pagamentos, com 1,1 bilhão de cheques; 2,9 bilhões de cartões de débito; 3,3 bilhões de cartões de crédito; e 2 bilhões de transferência de crédito. No período 2005-2010, houve uma queda de 40% na compensação de cheques; uma evolução de 157% no uso de cartões de débito; e de 121% no de cartões de crédito, conforme dados do Banco Central. Ainda segundo a autoridade monetária, pouco se avançou acerca de um modelo para o país sobre moeda eletrônica baseada em celular, conhecida como mobile payment.

## Dúvidas

**Cheque tem prazo de validade?**

Sim. Um cheque emitido em São Paulo, por exemplo, tem 30 dias para ser depositado ou sacado na boca do caixa na mesma praça. Passado esse período, o cheque pode ser compensado apenas na boca do caixa durante seis meses, tornando se prescrito após esse prazo.

**Cruzar o cheque tem alguma validade?**

Sim, ao cruzar um cheque, a pessoa só poderá depositá-lo (não pode sacar na boca do caixa).

**Cheque precisa ser sempre nominal?**

Sim, a partir de R$ 100,00, pois o Banco Central pode querer rastreá-lo no futuro.

**Existe limite para um cheque?**

Não, mas a partir de R$ 5 mil, a instituição precisa recolher uma reserva, conforme regra do Banco Central.

## Cheques compensados entre 2001 e 2011

| Ano | Número de cheques |
|---|---|
| 2001 | 2,6 bilhões |
| 2002 | 2,4 bilhões |
| 2003 | 2,2 bilhões |
| 2004 | 2,1 bilhões |
| 2005 | 1,9 bilhão |
| 2006 | 1,7 bilhão |
| 2007 | 1,5 bilhão |
| 2008 | 1,4 bilhão |
| 2009 | 1,2 bilhão |
| 2010 | 1,12 bilhão |
| 2011 | 900 milhões |

*Fonte: Febraban*

## Cresce o número de cheques sem fundo

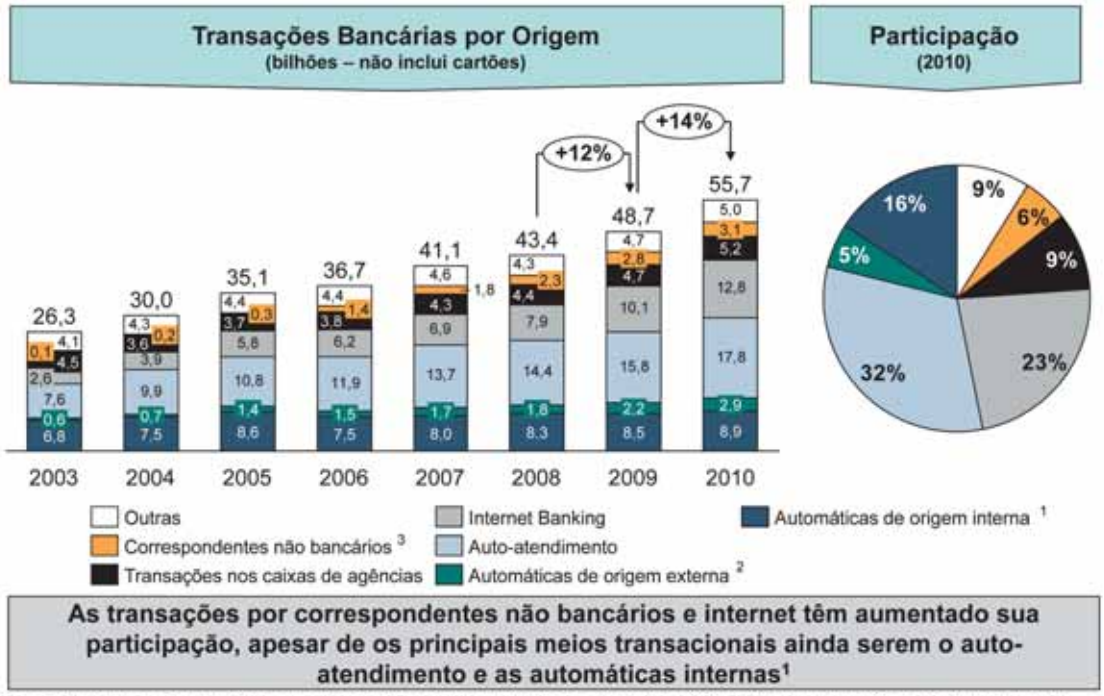
O Indicador Serasa Experian de Cheques Sem Fundos revelou que, em 2011, foi devolvido 1,95% dos cheques compensados em todo o país. O percentual foi o maior desde 2009, quando houve 2,15% de devoluções.

Para os economistas da Serasa Experian, a elevação da inadimplência do consumidor, o crescimento da inflação que reduziu o poder aquisitivo, o rápido aumento do endividamento e os juros altos que encareceram o crédito foram fatores determinantes que comprometeram a capacidade de pagamento do tomador de crédito, incluindo o do pré-datado.

No ano passado, Roraima foi o estado com o maior percentual de cheques devolvidos (12,48%). Já São Paulo foi o estado de menor percentual (1,45%). Entre as regiões, a Norte foi aquela com maior percentual de devolução de cheques em 2011, com 4,18%. Na outra ponta do ranking está a Sudeste, com 1,57%.

*(Fonte: Serasa Experian)*

## Transações bancárias por origem




Nota: 1 IOF e outros impostos, etc; 2 débitos automáticos, crédito de salários, proventos de aposentadoria, DOC's, TED's, cobranças, etc ; 3 estabelecimentos comerciais, correios, casas lotéricas etc.

*Fonte: Febraban*

# Histórico do cheque

**Folha de cheque do Banco Comercial do Estado de São Paulo, da agência de Itapira, datado em 6 de outubro de 1925**

Os franceses atribuem a origem da palavra cheque ao vocábulo inglês "to check" (verificar, conferir). Os ingleses sustentam ser a palavra cheque originária do francês "echequier" (tabuleiro de xadrez). Segundo os ingleses, as mesas usadas pelos banqueiros tinham a forma de um tabuleiro de xadrez.

Os romanos teriam inventado o cheque por volta de 352 a.C. Outros estudiosos admitem ter sido o cheque criado na Holanda, no século XVI. Em Amsterdam, cerca do ano 1500, o povo costumava depositar seu dinheiro com "cashiers". Representava menor risco em relação a guardar o dinheiro em casa. Os "cashiers" concordavam em arrecadar e cancelar débitos por meio de ordens escritas dos depositantes (cheques).

Na Inglaterra, no fim do século XVII, o povo começou a fazer depósitos com os "goldsmiths". O "goldsmith" dava ou emitia a favor do seu cliente "goldsmith notes", simples notas escritas a mão contendo uma promessa de pagamento ao cliente ou a sua ordem. O cliente podia também escrever ao "goldsmith" pedindo-lhe o pagamento a outra pessoa.

Datam de 1762, os primeiros cheques impressos por Lawrence Childs, na Inglaterra. Ele foi o primeiro banqueiro no sentido moderno. Antes, no mesmo país, o uso do cheque já tinha começado a desenvolver-se, e o aumento do movimento fez surgir as câmaras de compensação.

O primeiro país a legislar sobre o cheque foi a França, por intermédio de lei de 14 de junho de 1865. Na Inglaterra, onde o cheque se expandiu mais rapidamente, a legislação específica só foi baixada em 18 de agosto de 1882.

No Brasil, a primeira referência ao cheque apareceu em 1845, quando se fundou o Banco Comercial da Bahia. Só em 1893 surgiu a primeira citação ao cheque, somente regulamentado em 1912. Hoje a Lei nº 7.357, de 02 set. 1985, regula o cheque. (Fonte: Newton Freitas, acionista e fundador da Oboé Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.).

# **Tecnologia e aprendizado:** os desafios da educação digital

*Mais do que conquistar novos adeptos para novas plataformas de comunicação, a educação digital no Brasil terá de quebrar paradigmas com uma mudança cultural*

Mesmo após sua morte (outubro de 2011), Steve Jobs continua revolucionando o mundo. Desta vez é o mundo da educação que sairá ganhando com as inovações propostas pelo fundador da Apple. Foi lançado dia 19 de janeiro, em Nova York, um serviço de livro didático digital, dentro da visão de Jobs de utilizar a tecnologia em favor da educação e como ferramenta de transformação. Na ocasião do lançamento, a Apple revelou que 1,5 milhão de iPads são usados nos Estados Unidos para fins educacionais.

Embora a tecnologia já seja uma realidade nas salas de aula tanto do ensino a distância quanto da educação presencial – é só observar os equipamentos nas mochilas e prestar atenção nas conversas da garotada –, ainda há muitas indagações sobre esse novo cenário e, principalmente, sobre os desafios decorrentes dessas mudanças. Os tablets ainda não têm preços acessíveis ao aluno da classe média e as adaptações do sistema educacional vão muito além da simples introdução de uma novidade tecnológica no meio escolar.

No Brasil, com a previsão de gastos que podem ultrapassar os R$ 150 milhões, o Ministério da Educação pretende anunciar a compra de 300 mil tablets para uso em sala de aula, mas alguns especialistas consideram que a decisão deveria ser respaldada pela avaliação

do programa Um Computador por Aluno, que ainda não foi concluída.

O uso de ferramentas digitais virou lugar-comum para adolescentes e jovens, mesmo assim, há muito espaço a ser conquistado entre tweets e sms. Dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, sigla em inglês), divulgados em dezembro de 2010, mostram que, no Brasil, 40,8% dos alunos com 15 anos leem e-mails e 56,2% usam chats. Parece muito, mas outros países têm índices maiores – na Holanda, por exemplo, as taxas são, respectivamente, de 91% e 90,5%.

No entanto, mais do que conquistar novos adeptos para novas plataformas de comunicação, a educação digital no Brasil terá de quebrar paradigmas com uma mudança cultural. Muitos professores ainda são formados à moda antiga para escolas que, muitas vezes, nem têm classes e cadeiras para oferecer a todos os alunos. Mas há uma mudança em curso. E sem volta.

Professor da Universidade Anhembi Morumbi e autor de livros sobre educação a distância como Games em Educação: como os nativos digitais aprendem, ABC da EaD: a educação a distância hoje e A Educação a Distância e o Professor Virtual – 50 temas em 50 dias online, entre outros, João Mattar considera que o aprendizado necessita de motivação. Em entrevista para o site FGV online, ele enfatizou que antes da transmissão do conhecimento é preciso pensar na interatividade. Segundo Mattar, primeiro é preciso envolver a pessoa em uma atividade que desperte a atenção para aprender.

Com o uso de games para educação, o professor mostra que é possível explorar mídias diversas para proporcionar oportunidades de experiências também diferentes. "Game gera motivação", salienta, acrescentando que o uso desses jogos no ensino permite levar o usuário para dentro de um outro universo e estimular o aprendizado. Mattar entende que os games podem ser usados em vários níveis de ensino.

Para ele, o principal desafio da educação a distância no Brasil é construir modelos alternativos ao que vem sendo definido com a UAB (Universidade Aberta do Brasil): ênfase no conteúdo (e no conteudista), em detrimento da interação e da atuação do professor. Associado a isso, reconhecimento do tutor como professor, do ponto de vista da remuneração, das relações trabalhistas e pedagogicamente.

# Uma experiência atraente

Criada em 2008 em Recife, a Joy Street desenvolve jogos eletrônicos educacionais e um dos seus méritos é o de conseguir levar jovens de volta às salas de aula, fazendo do aprendizado uma experiência atraente para a garotada. Além de Pernambuco, escolas do Acre e do Rio de Janeiro já adotam os jogos da Joy Street, que hoje conta com uma equipe de cerca de 50 colaboradores além de professores consultores. O diretor, Fred Vasconcelos, está animado com as perspectivas desse mercado e com as soluções diferenciadas de sua empresa.

Segundo ele, desde o início houve a preocupação em criar uma plataforma cujo conteúdo pudesse ser flexibilizado para diversos perfis de clientes. "Até o momento, já trabalhamos com jogos para o Ensino Fundamental e Ensino Médio nas redes públicas de ensino dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Acre", revela. Para este ano, a empresa projeta algumas parcerias com instituições privadas de nível técnico, o que deve gerar novos jogos personalizados para esse tipo de público.

Vasconcelos afirma que os planos para 2012 são bem desafiadores. "Nosso desejo é expandir ainda mais o nosso produto nacionalmente, além de buscar clientes também no mercado internacional, que já tem se mostrado bastante interessado no nosso trabalho. Portanto, 2012 é um ano importantíssimo para a Joy Street."

# A educação digital chegou sem avisar

*Martín Restrepo é emprendedor e especialista em Mobile Learning. Com sua empresa, Editacuja Editora, trabalha pela educação e o acesso a tecnologias móveis para fins educacionais, culturais e sociais, realizando formação de professores, integrando tecnologias e desenvolvendo conteúdos móveis, ubíquos e transmidiáticos.*

**As salas de aula começam a ser invadidas por novas tecnologias e ferramentas com o objetivo de proporcionar mais riqueza ao aprendizado. Isso é fato?**

A chegada dos dispositivos móveis às salas de aula está acontecendo aceleradamente, tablets e smartphones já contam com uma lei que promove a sua produção no Brasil com benefícios tributários e sua aplicação em contextos educacionais está ganhando muita relevância. Evidentemente, as tecnologias sozinhas não fazem a diferença, assim, escolas e instituições que investirem também em conteúdos que explorem todo o potencial desses dispositivos e que capacitem educadores para a integração dessas tecnologias e novos conteúdos nas aulas terão um ensino mas qualificado. É preciso implementar estratégias integrais.

Restrepo: "Tecnologias sozinhas não fazem a diferença; escolas e instituições precisam investir em conteúdos que explorem o potencial dos novos dispositivos"

**Como preparar os professores para a nova realidade do uso de tecnologias para o aprendizado?**

O mais importante é apresentar a nova realidade que traz a economia criativa e a sociedade em rede, em que não somos mais apenas consumidores de conteúdo. Hoje as tecnologias de produção de conteúdo digital permitem que qualquer usuário, mesmo sem conhecimentos de programação, consiga desenvolver aplicativos, livros interativos para tablets, conteúdos digitais interativos. A formação dos professores se constitui dessa forma num passo essencial para que eles vislumbrem o potencial das tecnologias e as integrem no seu dia a dia. A estratégia de formação que trabalhamos na Editacuja com os educadores está baseada em formação por projetos, em que cada um consegue desenvolver atividades completas para aplicar com seus alunos, esse enfoque prático é muito importante.

**Quais as ferramentas mais demandadas por escolas que querem se atualizar no uso de tecnologias para educação?**

A aquisição de laboratórios de tablets e smartphones é hoje indispensável, que junto à viabilização de conexão via wi-fi ou pacotes de dados permitam o acesso à rede, os softwares para criação de livros digitais e aplicativos móveis também estão junto, mas o mais importante é pensar na estratégia de utilização dessas ferramentas, por isso as ações de formação são muito pertinentes.

**Qual o principal desafio da educação digital no país?**

Temos diversos desafios, formar os nossos educadores nesta nova era digital, criando metodologias de ensino adequadas com essa realidade. Do ponto de vista tributário, precisamos ainda que os serviços de telecomunicações tenham impostos mais baixos para projetos educacionais, culturais e sociais, eles hoje estão perto de 40%. Precisamos também de projetos que integrem todos os pontos da cadeia produtiva, operadores, desenvolvedores de conteúdos, de tecnologias, escolas, organizações, que levem as iniciativas além dos pilotos pontuais e gerem replicabilidade.

# É preciso clareza na estratégia de distribuição de equipamentos

Guimarães: "O uso de novas ferramentas não resolverá todos os problemas estruturais do ensino brasileiro"

*Leandro Fraga Guimarães é doutorando e mestre em Política de Negócios e Economia de Empresas pela Universidade de São Paulo, MBA Internacional em Administração Estratégica pela USP e graduado em administração e pós-graduado em Marketing pela UFMG. Além de pesquisador e professor regular dos cursos de pós-graduação e MBA da FIA/USP e da FEI, é presidente da MIPC.*

**Como vê o uso de novas ferramentas de ensino?**

O uso de novas ferramentas não é capaz de resolver todos os problemas estruturais do ensino brasileiro, embora seja, ou possa ser, uma boa alternativa de caminho no bom sentido. Tenho grande receio quando vejo anúncios sobre a distribuição disseminada de equipamentos para alunos ou escolas, em especial no ensino público, sem que haja maior clareza sobre as estratégias por trás da medida, particularmente de conteúdo, e de que tipo de apoio esses destinatários dos equipamentos terão. Afinal, já houve projetos assim que nem sequer atingiram o estágio da inclusão digital, porque os equipamentos ficaram desligados por falta de infraestrutura ou de manutenção.

**Quais os benefícios imediatos?**

Eles são inúmeros, embora o uso de tecnologia digital para o ensino ainda esteja em plena evolução, e muitos desses benefícios serão muito ampliados num futuro próximo. Mas, para ficar apenas em alguns dos mais relevantes, podemos citar a contribuição para simular e visualizar estruturas e processos que são resultado de modelos físicos, químicos, biológicos, matemáticos ou de engenharia, e interagir com eles em tempo real, auxiliar no estudo da História e também nas simulações do futuro, pelo poder da tecnologia de nos transportar para dentro de mundos virtuais, ajuda as pessoas com deficiências ou dificuldades diversas, de forma a compensar esses eventuais obstáculos por meio dos recursos tecnológicos e possibilitar o acesso remoto a laboratórios, simuladores e outras instalações tecnologicamente avançadas a um número muito maior de pessoas do que seria possível fisicamente, o que otimiza o uso dessas instalações, normalmente caras para construir e manter. É importante notar que as estruturas montadas a partir do conceito de cloud computing permitem uma enorme capilaridade no que diz respeito à localização dos usuários, sem que os custos correspondentes de manutenção e suporte precisem crescer proporcionalmente, porque a estrutura de processamento e armazenamento de dados e programas é centralizada. Isso viabiliza projetos de educação em massa, com qualidade, a um custo muito inferior ao dos modelos tradicionais.

**Como as escolas, principalmente da rede pública, vão arcar com os custos de manutenção de equipamentos?**

Este é um ponto particularmente sensível. Qualquer modelo de disseminação de uso de computadores tem sempre esse aspecto como crítico para que a iniciativa tenha êxito. A computação em nuvem, no entanto, oferece alternativas muito mais racionais para os processos de manutenção e atualização, tanto de hardware quanto de softwares e conteúdo. Este é um aspecto fundamental para o sucesso de projetos extensos, pela capacidade de reduzir fortemente os custos e racionalizar muito a utilização dos recursos.

# Seminário discute **cooperação internacional**

*Evento promovido pela CACB e ABC será realizado no dia 22 de março, em Brasília. Será a primeira vez que a interação entre as ações públicas e privadas estará em debate*

Pela primeira vez, iniciativas dos setores público e privado em cooperação internacional serão debatidas em um mesmo evento. O tema estará em pauta no próximo dia 22 de março durante o seminário Diálogo público e privado sobre a cooperação internacional, que será realizado em Brasília. O encontro será promovido pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). A ação faz parte do convênio entre a CACB e a entidade alemã Centro de Formação da Baviera (BFZ).

Além da abordagem conceitual sobre cooperação internacional no Brasil, durante o seminário serão apresentadas experiências bem-sucedidas capitaneadas pelo governo com a ABC à frente em áreas, como agricultura, saúde e educação. Os participantes também conhecerão exemplos exitosos da iniciativa privada, incluindo cases de confederações brasileiras, como a própria CACB, a Confederação Nacional do Comércio; da Indústria e da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O evento terá um espaço para debate sobre possíveis parcerias público-privadas que podem ser firmadas para aprimorar a cooperação internacional brasileira. "Sempre que nos referimos à cooperação internacional no Brasil fala-se na atuação do governo. O objetivo desse seminário é discutir a recente participação da iniciativa privada, as ações em andamento e o futuro da cooperação", pondera Carlos Alberto Rezende, coordenador nacional do Empreender.

## Atuação vem desde 1989

A CACB vem atuando com cooperação internacional desde 1989, quando uma parceria com a Câmara de Artes e Ofício de Munique (Alemanha) resultou na implantação de núcleos setoriais em mais de 20 associações comerciais de Santa Catarina. Os núcleos são a base do projeto Empreender que já esteve implementado em mais de 800 municípios de todos os estados brasileiros, atuando com gestão empresarial e inovação em micro e pequenas empresas.

Já em 2005, outra entidade empresarial alemã, a Câmara de Artes e Ofícios de Essen, firmou cooperação com a Confederação para implementar o projeto Capacitar em 30 Associações Comerciais de oito estados do Nordeste. A finalidade do projeto era melhorar a gestão das entidades e aprimorar os serviços oferecidos aos empresários locais. Na mesma época, entre 2006 e 2009, uma parceria com Sebrae iniciou o Empreender Internacional para a disseminação do projeto em quatro países: Moçambique, África do Sul, Colômbia e Chile, com a participação de 500 empresas. Em 2008, o convênio com o BFZ permitiu a capacitação de consultores internacionais, organização de missões e projetos de captação de recursos, em países como México e Guatemala. Com a renovação da parceria CACB/BFZ, o foco será a disseminação do modelo dos núcleos setoriais e do Capacitar em Honduras, El Salvador, Timor Leste e outras nações com as quais já existe cooperação. O convênio com o BFZ será renovado em março e terá a duração de três anos, com investimentos de 700 mil euros.

**Ministro Marco Farani: participação do setor privado na cooperação internacional é um avanço**

# Cooperação técnica faz parte da política externa brasileira

O perfil da cooperação técnica brasileira está mudando, de acordo com o ministro Marco Farani, diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). No cargo há quatro anos, o ministro Farani explica que foi exatamente nesse período que o país passou da condição de recebedor para prestador de cooperação. "O Brasil vem fazendo cooperação desde os anos 80, trazendo estudantes e enviando técnicos para outros países. Nos últimos quatro anos, o presidente Lula percebeu que o Brasil tinha muito a oferecer e a cooperação técnica poderia contribuir para a política externa brasileira", avalia o diretor da ABC.

"A consolidação da democracia, o crescimento da economia e o sucesso de políticas inclusivas que resgatou milhares de pessoas da pobreza provocaram um efeito externo", complementa o ministro. Esse cenário favorável ampliou a demanda por cooperação, especialmente, por políticas públicas exitosas. O foco central do Brasil passou a ser a atuação em países em desenvolvimento, como os africanos e os latino-americanos, onde há ações nas áreas de saúde, educação, agricultura e outras. "Existe uma tendência de encerramento de projetos dos tradicionais prestadores de cooperação ao Brasil, com exceção de Alemanha, Espanha e Japão. O Brasil está atuando de forma cada vez mais densa em países em desenvolvimento", afirma.

O ministro considera ainda um avanço na cooperação brasileira a participação da iniciativa privada, além de governo e sociedade civil. "A iniciativa privada surge como um terceiro ator e é um campo a ser explorado. Precisamos estabelecer que papel o setor privado terá na cooperação do Brasil, e o seminário será o início de um diálogo para tratar do tema. A ideia é que possamos colocar em prática o que for discutido e aprender com essa experiência", finalizou. Segundo o diretor da ABC, Reino Unido, Holanda e outros países europeus já têm uma experiência mais consolidada em relação à atuação do setor privado. Ele lembra que a declaração da IV Conferência sobre Eficácia na Ajuda Internacional, realizada em Busan, Coreia do Sul, mencionou a importância da participação do governo, sociedade civil e iniciativa privada em cooperação internacional.

# A força das **parcerias**

*CBMAE homenageia experiências bem-sucedidas de Câmaras de Mediação e Arbitragem e Postos de Conciliação que têm confirmado, com resultados práticos, a efetividade dos métodos extraprocessuais de soluções de conflitos*

Em Uberaba (MG), a conciliação como alternativa a processos judiciais motivou até a alteração do Código Tributário Municipal. Na capital paulista, o pioneirismo e as parcerias com órgãos públicos e privados virou modelo para todo o país. Em Franca, interior de São Paulo, a persistência junto aos empresários locais tem mudado, aos poucos, a cultura do Judiciário como única de forma de resolver conflitos.

Nas três cidades, experiências bem-sucedidas com Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual (PACEs) e Câmara de Mediação e Arbitragem estão provando que a conciliação, a mediação e a arbitragem funcionam e trazem vantagens para todos os envolvidos. Os três exemplos foram homenageados pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) com o prêmio Conde dos Arcos – Acesso à Justiça. O prêmio foi criado pela Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) para reconhecer e estimular as unidades que se destacaram em 2011.

## Experiências

A partir de uma solicitação da prefeitura de Uberaba à Associação Comercial, Industrial e de Serviços da cidade, começou uma parceria que, logo no início, garantiu força ao Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania (PACE Uberaba). O governo municipal queria incluir no cadastro negativo os devedores do fisco. A diretoria da Associação fez uma contraproposta: trazer as pessoas com débito, muitas delas empresárias, para negociar suas dívidas no posto, por meio da conciliação. Para tornar isso possível, foi necessária a modificação do Código Tributário Municipal determinando a possibilidade de descontos e melhores condições de parcelamento para os casos resolvidos pela conciliação. "Os vereadores entenderam e houve aprovação do projeto de lei com unanimidade em tempo recorde", relata Manoel Rodrigues Neto, presidente da Associação Comercial.

Desde fevereiro de 2011, quando o posto começou a funcionar, a prefeitura já obteve valor próximo a R$ 4 milhões em recuperação de créditos por

intermédio da conciliação. O governo local mantém sete servidores permanentemente nas instalações do Pace. Em contrapartida, a prefeitura paga despesas fixas do posto, como energia e água. O retorno compensa as despesas do governo local com o posto. Em 2011, esses gastos não ultrapassaram R$ 100 mil. Bom para prefeitura e para o empresário. "O Pace é um território neutro onde as pessoas se sentem mais a vontade para negociar. Tudo é resolvido sem burocracia", afirma Manoel Neto.

## Desde 2008, os PACEs têm servido de referência em solução amigável de conflitos, como dívidas de bancos, cartões de crédito, recuperação de créditos e renegociações

Além da parceria com a prefeitura, o posto de Uberaba faz intensa divulgação na mídia local para difundir a conciliação. Houve, inclusive, uma campanha institucional de uma emissora da cidade, com spots para rádio e outras peças para reforçar a presença do posto. O posto de Uberaba foi vencedor da categoria "Parcerias Institucionais e Marketing", do prêmio Conde dos Arcos. A história do Pace começou com um convite do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para conhecer a experiência de São Paulo, que tem o primeiro posto do país também ganhador do prêmio na categoria "Excelência em Gestão".

Com trabalho pioneiro no país, o Pace de São Paulo iniciou sua trajetória a partir de relatos exitosos descritos no livro "Casos de Sucesso – Acesso à Justiça – Via Meios Extrajudiciais de Soluções e Controvérsias". Em 2008, o posto foi instalado na Associação Comercial de São Paulo, em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo, CBMAE e Federação das Associações Comerciais e Empresariais de São Paulo (Facesp). O local, que tem a finalidade central de atender a população mais carente com mais dificuldade de acesso à Justiça, tem atraído também escritórios de advocacia que distribuem casos, sem custo algum. O posto realiza cerca de 5 mil procedimentos por ano e tem índice próximo a 70% de êxito nas audiências.

Para garantir a efetividade do trabalho do posto, também foram firmadas parcerias. O gestor do posto, Guilherme Giussani Rodrigues, conta que foram identificados órgãos públicos que pudessem gerar demanda para o Pace, como o Procon, alguns juizados especiais e a defensoria pública. Com esse contato, o posto passou a atuar como um filtro para eventuais processos administrativos do Procon e processos judiciais dos juizados e defensoria. Também são realizados mutirões de conciliação. Em um deles, promovido em conjunto com a Eletropaulo, companhia de energia do estado, os resultados foram muito positivos para empresários locais. Entre os dias 13 a 17 de junho de 2011 houve acordos que resultaram no valor total de R$ 1,4 milhão.

Desde 2008, o primeiro Pace do país tem servido como referência para outras experiências brasileiras, confirmando a eficácia na solução amigável de conflitos, como dívidas de bancos, cartões de crédito, recuperação de créditos e, renegociações. "Além do convênio pioneiro entre o Tribunal de Justiça e uma entidade de classe, o Pace utiliza um sistema totalmente digitalizado, tornando o ambiente limpo e possibilitando, às partes, consulta do andamento do processo via internet", completa Rodrigues. O posto ainda estabelece prazo limite de 30 dias para realização das audiências, contados a partir do atendimento dos interessados.

## O prêmio Conde dos Arcos

O prêmio Conde dos Arcos foi instituído em 2011 pela CBMAE. O regulamento determinou três categorias para a primeira edição: relações com o mercado e sustentabilidade; parcerias institucionais e marketing e excelência operacional. No texto, segundo Gilmar Barboza, consultor da CBMAE, foram ncluídos parâmetros de avaliação que pudessem induzir um processo de acompanhamento pelos gestores das unidades. A distinção também reconhece quem consegue traduzir a complexa linguagem dos Mescs para a sociedade civil. "A honraria resgata a participação proativa dos nossos parceiros nas federações e associações com caráter educativo e de reconhecimento pelas boas práticas de gestão nas câmaras e Paces", conclui Valério Figueiredo, coordenador nacional da CBMAE. No final de 2012 serão divulgados os vencedores do prêmio deste ano.

# Brasil recebe mais **mão de obra estrangeira** com qualificação

*Entre os estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil, em 2011, figuram desde administradores e gerentes até diretores e executivos com poderes de gestão*

A nova dinâmica da economia brasileira, cujo círculo virtuoso não apenas expande o mercado como redistribui renda, está provocando um fenômeno inédito no mercado de trabalho. O governo brasileiro quer criar um programa para atrair imigrantes mais qualificados para o país. O secretário de Ações Estratégicas da Presidência da República, Ricardo Paes de Barros, acaba de formar um grupo de especialistas para desenhar um pacote de incentivos à imigração de mão de obra qualificada, incluindo facilitação de vistos.

Atualmente, a entrada de mão de obra sem qualificação, latino-americana, cresce rapidamente. Mas existe um número crescente de profissionais com curso superior, "refugiados da crise europeia", em busca de oportunidades no Brasil.

Em 2011, 70.524 profissionais estrangeiros foram autorizados a trabalhar no Brasil. A quantidade de autorizações foi 25,9% maior em relação às 56.006 concedidas em 2010, segundo balanço da Coordenação Geral de Imigração (CGig), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Do total de autorizações em 2011, 66.690 foram de cunho temporário, com estada entre 90 dias e dois anos; e 3.834 de caráter permanente. O Coordenador Geral de Imigração do MTE e presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNig), Paulo Sérgio de Almeida, destaca que, por causa do crescimento econômico, o Brasil está demandando mão de obra de alta qualificação. "Houve uma curva muito forte de crescimento a partir de 2009, e das 66 mil autorizações temporárias em 2011, mais da metade tem nível superior completo", afirmou. "Também tivemos uma elevação substancial de mestres e doutores, de 584 para 1.734."

As empresas que contratam estrangeiros devem comprovar que os trabalhadores contratados possuem qualificação profissional, ou seja, escolaridade e experi-

ência compatíveis com as atividades que irão executar no Brasil. Devem, também, comprovar não ter conseguido mão de obra especializada no Brasil, pois o MTE autoriza somente o ingresso de estrangeiros se não houver, no país, profissionais qualificados para a atividade.

Para garantir o mercado de trabalho para os profissionais brasileiros, o MTE exige que a empresa mantenha um programa de treinamento de brasileiros para as atividades ocupadas inicialmente por estrangeiros por períodos de até um ano. Terminado o prazo de autorização, as empresas serão obrigadas a demonstrar a necessidade da continuidade da presença de estrangeiros, mesmo com o treinamento realizado de brasileiros para a função.

Em média, o CNIG leva 23 dias para conceder o visto de trabalho, a partir do momento em que os documentos são protocolados no Ministério do Trabalho. Para casos de artistas ou desportistas, a concessão de visto ocorre em três ou quatro dias. Após a autorização, o CNIG envia uma nota eletrônica ao Itamaraty, que então dá sinal verde ao consulado do país de onde vem o trabalhador estrangeiro.

Países que pertencem ao Mercosul (Paraguai, Uruguai e Argentina), Chile e Bolívia mantêm um acordo de "livre intercâmbio" de mão de obra com o Brasil. Ou seja, trabalhadores desses países podem trabalhar legalmente no país sem precisar requisitar vistos no CNIG. Assim, segundo Almeida, "não é possível ampliar mais a importação de trabalhadores desses países, cujos salários são, em sua maior parte, inferiores aos pagos no Brasil".

A síntese de autorizações permanentes mostra que dos 3.834 vistos concedidos no ano passado, 1.396 foram para administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão, e 1.020 para investidor pessoa física. Esses estrangeiros estão basicamente em São Paulo.

Em 2011, os investimentos efetuados por pessoas físicas nascidas no exterior somaram R$ 204,2 milhões, diante de R$ 170,3 milhões de 2010. Por nação, a Itália foi a que mais direcionou recursos, com R$ 44,8 milhões, seguida por Espanha, com R$ 31,1 milhões, e China, com R$ 29,5 milhões. São Paulo foi o estado que mais recebeu aporte, no total de R$ 57,9 milhões, seguido pelo Ceará, com R$ 40,5 milhões.

**Autorização de Trabalho** – De competência do Ministério do Trabalho, exigida pelas autoridades consulares brasileiras, em conformidade com a legislação em vigor, para efeito de concessão de vistos permanentes e/ou temporário a estrangeiros que desejem permanecer no Brasil a trabalho.

**Visto** – De competência do Ministério das Relações Exteriores, traduz-se por autorização consular registrada no passaporte de estrangeiros que lhes permite entrar e permanecer no país, após satisfazerem as condições previstas na legislação de imigração.

**Visto Temporário** – É a autorização concedida pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio dos consulados brasileiros no exterior, aos estrangeiros que pretendam vir ao Brasil: em viagem cultural ou missão de estudos; em viagem de negócios; na condição de artista ou desportista; na condição de estudante; na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato, ou a serviço do Governo brasileiro; na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira; na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa.

**Visto Permanente** – É a autorização concedida pelo Ministério das Relações Exteriores ao estrangeiro que pretenda estabelecer-se definitivamente no Brasil. A concessão deste tipo de visto também requer prévia Autorização de Trabalho emitida pelo Ministério do Trabalho nos casos de investidor (pessoa física) ou ocupante de cargo de administrador, gerente ou diretor de sociedade comercial ou civil.

# A meteórica carreira de **um bilionário**

O homem não é nada além daquilo que a educação fez dele. A frase do filósofo Immanuel Kant (1724-1804) evocada por Eliezer Batista no prefácio do livro de seu filho Eike Batista, "O X da Questão", resume com precisão a trajetória daquele que se tornou o homem mais rico do Brasil.

Além de receber a melhor das heranças que podem caber a uma pessoa: integridade e firmeza moral, Eike foi contemplado pela pertinácia, o arrojo, o destemor e, sobretudo, a paixão pelo Brasil, as quais foram transmitidas pela sua mãe, Jutta Batista da Silva, relata Eliezer.

Ainda jovem, o empresário Eike Batista, na época em que cursava engenharia metalúrgica na Universidade de Aachen, na Alemanha, começou a vender diamantes na Europa. Desde então, sua veia empreendedora não parou mais.

De volta para o Brasil, embrenhou-se como um bandeirante do século 20 na Amazônia em busca de ouro; contra todos os prognósticos, comprou o risco de um investimento malogrado como a mina de La Coipa, localizada a 4 mil metros de altitude no deserto do Atacama, e o transformou em um dos grandes projetos da mineração no Chile.

**Jutta Batista, mãe de Eike Batista**

> Eike Batista: "Na medida certa, um pouco de megalomania ou ousadia é recomendável"

Desde então, tornou-se o idealizador de um dos maiores empreendimentos da área de infraestrutura da história do país: o grupo EBX, formado por cinco companhias nas áreas de petróleo, energia, logística, mineração e indústria naval offshore. Ao total, investiu US$ 15,5 bilhões, entre 2011 e 2012, no Brasil, com a geração de 20 mil postos de trabalho. Com sede no Rio e atuação em nove estados brasileiros, o Grupo EBX atua com escritórios em Nova York (EUA), Colômbia e Chile.

Em uma narrativa típica dos best-sellers de autoajuda, nas 154 páginas voltadas para empreendedores, o livro de Eike Batista, escrito pelo jornalista Roberto D'Avila, expõe ainda o arsenal teórico que está na origem de seus negócios e que é hoje uma cartilha no Grupo EBX: a Visão 360 graus. Uma bússola que norteia as ações do grupo e permite que cada empresa seja uma peça num grande mosaico integrado.

Inclui também a visão sistêmico-holística que faz das empresas do Grupo EBX um mosaico de peças que se integram e se complementam. Todas as suas obras seguem este modelo, que, segundo seu pai, Eliezer Batista, logo passará a ser imitado pelas grandes empresas nacionais. Para Eliezer, Eike tem o dom dos grandes empreendedores de enxergar a parte pelo todo e imaginar seus negócios como um amálgama, o que permite resultados de escala e economicidade muito maiores.

Em seu livro, o empresário não se nega a comentar a frequência com que é classificado de megalomaníaco. Com ironia, diz que "na medida certa, um pouco de megalomania ou ousadia é recomendável".

Ele também não esconde seus fracassos, como a criação da fábrica de jipes JPX e do EBX Express, serviço de encomendas expressas.

Publicado pela Editora Sextante, "O X da Questão" traz um relato sincero das aventuras daquele que é considerado o oitavo bilionário do mundo no ranking da revista Forbes. Entretanto, apesar de abrangente e bem-escrito, não revela o que deu origem de fato a sua fortuna.

*Milton Wells*

# A (não) simplificação dos tributos

**José Maria Chapina Alcazar***

Implantado há quase cinco anos, o Simples Nacional foi anunciado como solução para os problemas dos empresários de micro e pequeno portes do Brasil. Hoje, mais de 80% das organizações brasileiras fazem parte do sistema, correspondendo a 5 milhões de micro e pequenas empresas.

Trata-se de um conjunto de normas criado para que houvesse tratamento tributário diferenciado a essas duas categorias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime unificado de arrecadação, incluindo as obrigações acessórias.

Inicialmente difundido como Supersimples, o sistema logo se revelou complexo, pois instituiu cinco anexos com tabelas diferenciadas para aplicação nos diversos tipos de atividades econômicas. Em muitos casos, provou ser mais oneroso que os outros regimes de tributação.

Desde a sua implantação, em junho de 2007, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP), juntamente com o Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, do qual participam mais de 160 entidades representativas da sociedade, tem alertado para o modismo da simplificação, já que nem sempre o Simples é a melhor opção.

Em novembro passado, a presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou o projeto de lei que ampliou em 50% os limites de enquadramento e também corrigiu o teto permitido para a receita bruta anual do empreendedor individual de R$ 36 mil para R$ 60 mil. As alterações fazem parte de um pleito antigo dos empresários, apoiado pelo Sescon-SP.

Além desta conquista, outras como a aprovação pelo Congresso da Lei Complementar 128/2008, que ampliou as atividades do Simples; a integração da Contribuição Previdenciária ao Anexo V; a transferência de anexo para determinados segmentos, como o contábil, que passou a ter menos carga tributária no Anexo III; e a criação do Microempreendedor Individual (MEI) também integram a lista das demandas atendidas pelo Governo.

Apesar das melhorias feitas no Simples Nacional, ainda há muito trabalho pela frente. Mas, independentemente dos esforços para modernizar o regime de tributação, é preciso que as organizações voltem suas atenções para a gestão empresarial, recurso de extrema relevância para o desenvolvimento e a prosperidade dos negócios. A Receita Federal mantém sua base de dados sempre atualizada acerca das transações de cada contribuinte. A falta de cuidados pode acarretar grandes prejuízos, pois qualquer inconsistência na declaração, seja por erro administrativo ou por operação viciosa de transação, pode ser detectada.

**"Difundido como Supersimples, o sistema logo se revelou complexo, pois instituiu cinco anexos com tabelas diferenciadas para aplicação nos diversos tipos de atividades econômicas"**

Urge redobrar a atenção aos controles internos da empresa, investir em profissionais qualificados e repensar a contabilidade como instrumento de gestão. Investir na profissionalização da contabilidade, bem como na gestão da empresa, é uma demonstração de maturidade e consciência empresarial.

**José Maria Chapina Alcazar é empresário contábil e presidente do Sescon-SP - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento no Estado de São Paulo e da Aescon-SP - Associação das Empresas de Serviços Contábeis*

**SEBRAE agora.** **www.sebrae.com.br**

Se o seu negócio está passando por novos desafios, procure o Sebrae e participe do Programa Sebrae para Empresas Avançadas. Você vai aperfeiçoar seus métodos de trabalho, aprimorar a gestão e produzir com maior qualidade. Ligue 0800 570 0800, acesse **www.sebrae.com.br** ou vá ao Sebrae mais próximo.

SEBRAE

*Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*

**Sebrae. Quem tem conhecimento vai pra frente.**

LEW'LARA\TBWA

**SEBRAE agora.** **www.sebrae.com.br**

Se o seu negócio está crescendo, procure o Sebrae e participe do Programa Sebrae para Empresas Avançadas. Você vai aprender a montar estratégias para novos mercados, inovar e ser competitivo. Ligue 0800 570 0800, acesse **www.sebrae.com.br** ou vá ao Sebrae mais próximo.

SEBRAE

*Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*

**Sebrae. Quem tem conhecimento vai pra frente.**

# QUER ABRIR UMA EMPRESA E NÃO SABE ONDE? A BÚSSOLA SEBRAE INDICA O LUGAR CERTO.

## 0800 570 0800

Quem quer abrir uma empresa ou expandir um negócio não pode fazer isso no escuro. Por isso, você pode contar com as informações da Bússola Sebrae. Uma ferramenta que mostra os melhores pontos para instalar seu negócio e faz uma análise dos concorrentes, do perfil do consumidor e dos fornecedores da região. Procure um ponto de atendimento do Sebrae e solicite a um de nossos consultores uma pesquisa exclusiva da Bússola. Com o ponto certo, seu negócio também tem tudo para dar certo e seguir em frente.

SEBRAE

*Quem tem conhecimento vai pra frente*

***www.sebrae.com.br***